

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VITOR FAVERO RAGO

Novas territorializações do futebol: As Sociedades Anônimas de Futebol (SAFs) como forma de empresariamento urbano

São Paulo
2025

VITOR FAVERO RAGO

Novas territorializações do futebol: As Sociedades Anônimas de Futebol (SAFs) como forma de empresariamento urbano

Versão original

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo R. H. F. Valverde

São Paulo
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R144n Rago, Vitor Favero
 Novas territorializações do futebol: As Sociedades Anônimas de Futebol (SAF's) como forma de empresariamento urbano / Vitor Favero Rago; orientador Rodrigo Valverde - São Paulo, 2024.
 84 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. futebol. 2. territorialização. 3. arenização.
4. clube-empresa. 5. financeirização. I. Valverde, Rodrigo, orient. II. Título.

VITOR, Favero Rago. **Novas territorializações do futebol:** As Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) como forma de empresariamento urbano. Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde

Instituição: PPGH/ USP

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: Bruno Cândido dos Santos

Instituição: PPGH/ USP

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr.: Felipe Cabañas Silva

Instituição: PPGH/ USP

Julgamento _____ Assinatura _____

"Nenhuma cidade amou tanto um estádio quanto o Rio de Janeiro amou o Maracanã".

Lúcio de Castro, em “Geraldinos”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Várzea do Carmo e Rio Tamanduateí, 1858”. Óleo sobre tela de José Wasth Rodrigues, 1922. Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Figura 2: Várzea do Tamanduateí e Convento do Carmo. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862. Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 3: Projeto de Saturnino Rodrigues sobre o Rio Tietê entre o trecho de Osasco e Penha, Companhia de Melhoramentos do Rio Tietê, 1924-1925. Fonte: BRITO, 1944, vol. XIX, anexos.

Figura 4: Projeto de Prestes Maia e o Plano de Avenidas de 1930. Fonte: TOLEDO, 2005. Prestes Maia e as origens do Urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Ed. ABCP.

Figura 5: Cartão Postal de São Paulo, Editora Franco Brasileira, anos 1960.

Figura 6: Vale do Anhangabaú após a reforma de 2021. Foto: Rivaldo Gomes/ Folhapress.

Figura 7: Antigo Estádio Parque Antártica, 1972. Foto: Pedro Martinelli.

Figura 8: Arena Allianz Parque, 2022. Foto: IStock.

Figura 9: Pintura retratando partida de cuju, antiga prática chinesa. Autor: Huang Shen (1687-1772).

Figura 10: Arena Allianz Parque, 2020. Foto: Divulgação Allianz .

Figura 11: Mapa - clubes-empresas por Unidade Federativa. Fonte: FERREIRA e MOTTA. Clube-empresa no Brasil: um fenômeno geográfico. Boletim Campineiro de Geografia, v. 11, n. 2, p. 265, 2021.

Figura 12: Rua Diana bloqueada em dia de jogo do Palmeiras, 2016. Foto: Mariana Carolina Mandelli.

Figura 13: Entorno do Allianz Parque na Final da Copa do Brasil, 2015. Foto: Marcos Ribolli.

Figura 14: Protesto de torcida inglesa, 2023. Foto: Stu Forster/Getty Images.

Gráfico 1: N° de sócios torcedores e renda com bilheteria da Sociedade Esportiva Palmeiras (2014-2023). Fonte: Balanços financeiros da SEP, elaborado pelo autor.

LISTA DE ABREVIATURAS

BSFC: Bom Senso Futebol Clube

CBF: Confederação Brasileira de Futebol

CRF: Clube de Regatas Flamengo

CPTM: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

FA: *Football Association* (Associação de Futebol [da Inglaterra])

FC: Futebol Clube

FIFA: *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)

FMI: Fundo Monetário Internacional

FPF : Federação Paulista de Futebol

PPP: Parceria-público-privada

SAD: *Sociedad Anónima Desportiva* (Sociedade Anónima Desportiva)

SAF: Sociedade Anônima do Futebol

SEP: Sociedade Esportiva Palmeiras

SMAC: Santa Marina Atlético Clube

NBA: *National Basketball Association* (Associação Nacional de Basquete [dos Estados Unidos da América])

TO: Torcida Organizada

UEFA: *Union of European Football Associations* (União das Associações Europeias de Futebol)

RESUMO

VITOR, Favero Rago. **Novas territorializações do futebol:** As Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) como forma de empresariamento urbano, 2025. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2025.

O presente artigo busca relacionar como o futebol pode ser meio modificador da paisagem em que se desenvolve, além do mesmo ser um esporte particularmente urbano que se modifica com a própria urbanização das cidades brasileiras. Na medida que se torna agente transformador das cidades com suas práticas e equipamentos, desenvolve-se sob aspectos tão intangíveis como a paixão de torcedores e o capital financeiro, mas também tão tangíveis como uma multidão ou um empreendimento imobiliário em forma de estádio ou prédio. Antes um tema pouco requisitado pela academia de maneira geral, atualmente é uma área fértil para ser destrinchado no estudo de diversos fenômenos da sociedade. Sendo o esporte mais consumido no mundo e após ser transformado em produto, se torna um campo promissor para o desenvolvimento de práticas capitalistas neoliberais na economia e no próprio território. A proliferação das Sociedades Anônimas do Futebol (SAF) está ligada de alguma forma ao processo de financeirização das economias, ao mesmo tempo que é um movimento de homogeneização dos clubes de futebol e de certas práticas econômicas, sociais e culturais. A ideia de SAF ganha força no Brasil nos anos 2000 e assim como a arenização dos estádios após a Copa do Mundo de 2014, são processos ligados também a modificação do perfil das torcidas que frequentam esses espaços, mas também é capaz de modificar o desenvolvimento de áreas na cidade e da economia nacional.

Palavras chave: futebol, territorialização, arenização, clube-empresa, financeirização.

ABSTRACT

VITOR, Favero Rago. New Territorializations of Football: Football Corporations as a form of entrepreneurial urbanism, 2025. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2025.

This article aims to explore how football can act as a modifying force on the landscape in which it develops. Moreover, football is a particularly urban sport that evolves alongside the urbanization of Brazilian cities. As it becomes a transformative agent of cities through its practices and infrastructure, football develops under intangible aspects such as the passion of fans and financial capital, as well as tangible elements such as crowds or real estate ventures in the form of stadiums or buildings. Once a topic rarely addressed by university, football has recently become a fertile area for studying various societal phenomena. As the most consumed sport in the world and having been transformed into a product, it has become a promising field for the development of neoliberal capitalist practices in the economy and the territory itself. The proliferation of Football Corporations (*Sociedades Anônimas do Futebol*, SAF) is linked in some way to the financialization of economies. At the same time, it represents a movement toward the homogenization of football clubs and certain economic, social, and cultural practices. The SAF concept gained traction in Brazil during the 2000s, and, like the "arenization" of stadiums after the 2014 FIFA World Cup, these processes are also connected to changes in the profile of fans attending these spaces. Moreover, they can influence the development of urban areas and the national economy.

Keywords: football, territorialization, arenization, club-company, financialization

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1- Empresariamento urbano e suas territorializações:a venda da cidade.....	12
Capítulo 1.1-Modo de vida como modo de produção.....	12
Capítulo 1.2 -Futebol e urbanização: indústria, estado e mercado.....	14
Capítulo 1.3- Cidade à venda: megaeventos e as privatizações como oportunidade..	25
Capítulo 2- Geografia dos esportes, clube empresa e SAF's.....	33
Capítulo 2.1- Do futebol amador ao profissionalismo: o impacto na geografia da cidade.....	33
Capítulo 2.2 - Gestão esportiva: clube-empresa, SAF ou companhia limitada.....	41
Capítulo 3- As formas territoriais do clube empresa no Brasil: o caso Palmeiras/Barra Funda.....	51
Capítulo 3.1- Histórico do clube-empresa no país.....	51
Capítulo 3.2 -Arenização dos estádios como a arenização da cidade capitalista.....	56
Capítulo 4- Resistências ao modelo do empresariamento urbano: o papel das torcidas e do futebol de várzea na reapropriação do espaço.....	69
Considerações finais.....	80
Referências bibliográficas.....	82

Introdução

Tomaremos como fio condutor da discussão neste escrito para além da ideia do futebol ser um agente modificador do território é também um fenômeno territorial e cultural, na medida que o esporte também se molda às práticas sociais, econômicas e políticas de sua época corrente. Dessa forma, as Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) seriam formas dos atores econômicos hegemônicos agirem para a realização de seus próprios interesses. Buscamos suporte a esse debate em autores como Gilmar Mascarenhas e John Bale, que tratam do futebol diretamente em suas perspectivas, tal qual também encontramos autores como Karl Marx, Henri Lefebvre e David Harvey que nunca escreveram especificamente sobre esse esporte, mas suas teorias podem ser utilizadas para compreendermos certos fenômenos que estão ocorrendo de maneira simultânea na realidade.

Mais precisamente, a ideia aqui é discutir como o capital projetado no esporte e no futebol é capaz de realizar modificações territoriais em sua função e conteúdo, sendo a arenização dos estádios uma materialização de novas aspirações econômicas que contemplam também agentes específicos.

Por arenização, seguimos os princípios apresentados por Santos (2017), em que se entende a mudança dos antigos e monofuncionais estádios de futebol em uma área mais flexível para o recebimento de eventos internacionais, para além da esfera esportiva e plenamente adequados à circulação do capital. Esta ocorre com maior potência no Brasil após os megaeventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, que instauraram o chamado “padrão FIFA”: estádios modernos e multifuncionais capazes de participar do capitalismo global por diversos desenvolvimentos. O processo de arenização dos grandes estádios foi capaz de modificar a forma dos estádios e as próprias torcidas (VALVERDE, 2022; SANTOS, 2017). Para além de algo relativo ao mero mercado imobiliário, trata-se de um processo de elitização e de mercantilização da cultura popular. Nos apoiando na ideia de Jean Pierre, que sugere que o local e o global são forças diferenciadas no espaço, discutiremos se os interesses da elite podem ser conciliados aos da classe trabalhadora por intermédio de uma ação sobre o território.

Breve, de alguma forma os processos de arenização e de gestão empresarial tem crescido desde os anos 1990. Devemos então desmistificar a ideia de que um clube se transformar em empresa o torna automaticamente vitorioso e que tal conversão seja realizada sem consequências territoriais, econômicas ou sociais. Segundo Ferreira (2022), podemos estudar esse fenômeno através da distribuição geográfica dos clubes que se constituem

atualmente como SAF, que muitas vezes estão subfinanciadas ou apenas orbitando divisões inferiores do futebol regional brasileiro.

Para compreendermos os processos que se desdobram no ambiente urbano moderno, primeiramente discutiremos o conceito de empresariamento e gerenciamento urbano (Harvey, 1996) assim como a modificação na gestão da cidade produz novas interações. Com a venda da cidade que é anunciada, transparecem os interesses dos agentes econômicos hegemônicos e a urbanização segue a lógica do grande capital.

Na segunda seção do texto, discutiremos conceitualmente as diferenças entre clube empresa e SAF bem como uma busca na historiografia para compreendermos em qual momento se deu o fortalecimento do discurso empresarial, nos esportes como um todo, mas principalmente no futebol. Buscaremos dessa forma, compreender os impactos do futebol e sua gestão na geografia das cidades.

No terceiro capítulo será abordado a arenização como faceta tangível da gestão empresarial na realidade urbana, o discurso empresarial é capaz de mudar a mente como também as práticas. Com um estudo de caso da SEP (Sociedade Esportiva Palmeiras), para observarmos na prática os desdobramentos da arenização de um estádio em alguma região específica da cidade, compreendendo assim o fortalecimento do pensamento mercantilista no planejamento urbano e também no futebol.

Para finalizar o texto, com uma visão direcionada por um futuro mais inclusivo e projetando até mesmo o esporte nacional mais competitivo, discutiremos a oposição entre o futebol comercial e financeiro do futebol de várzea e das torcidas, bem como a financeirização do esporte atrelado a financeirização das economias nacionais.

1 - EMPRESARIAMENTO URBANO E SUAS TERRITORIALIZAÇÕES: A VENDA DA CIDADE POR INTERMÉDIO DO FUTEBOL

1.1 - Modo de vida como modo de produção

Para começarmos a discussão a respeito da territorialização do futebol e do capital na cidade, tomaremos a própria sociedade como início do percurso conceitual para compreendermos como o esporte se traduz em forma e conteúdo no território, na tentativa de desmistificar como a paisagem em que habitamos pode ser barganhada, vendida e transformada. Aqui abordaremos a cidade como produto da sociedade, logo fazendo com que ambas sejam indissociáveis. Pelo que discorreu Marx (2011), o desenvolvimento da sociedade é como o desenvolvimento das relações de produção. Estando estas sujeitas às mudanças no tempo, essas relações produzem objetos materiais e interações físicas, sendo capaz de produzir até mesmo o espaço, mas também possuem uma dimensão simbólica, seja alguma cultura, ideias ou valores. Em outras palavras, as relações de produção entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que realizam o trabalho são estruturantes da organização social, sendo centrais para as transformações históricas e para o entendimento das dinâmicas, propõe-se então que as relações de trabalho e as formas de propriedade são elementos primordiais que moldam as estruturas e processos sociais ao longo do tempo. Em outro texto o autor afirma que: “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2010, p.25).

Ser social esse, que só é visto legalmente um “cidadão” se tiver as condições de ser um consumidor, caso contrário permanecerá à margem da sociedade, como em Bauman (2008); Harvey (2014) que discutem o fato do consumo ter se tornado fator central na definição dos direitos e da participação social das pessoas em suas sociedades na era contemporânea. Fazendo um paralelo no futebol moderno não deixa de ser diferente, só participam da festa os torcedores que tiverem condições financeiras para tal, assim como só os clubes com mais recursos e poder conseguem continuar operando e prosperar.

Podemos entender o desenvolvimento das sociedades como uma sequência de eventos históricos traduzidos pelo interesse da classe dominante, tal pensamento está presente no conjunto de manuscritos produzidos por Karl Marx e Friedrich Engels intitulado como A Ideologia Alemã, é uma das obras fundamentais para compreender o pensamento marxista pela sua tentativa de discutir de maneira estruturada o materialismo histórico dialético. A

classe denominada como burguesia emergiu após a Revolução Francesa, e sua ascensão por uma boa parte da história esteve ligada a um conjunto pequeno de países europeus que não exportou apenas costumes mas também levou modelos econômicos, modelos de planejamento das cidades e até mesmo uma consciência dominante colonizadora que foram impostos aos povos subjugados. As interpretações e intenções dessas elites podem se modificar com o tempo, muitas das vezes sendo constatado pelo território em que essa modernização/modificação aconteceu, aqui o ponto em questão é que os reflexos do interesse de uma classe dominante se estendem as diversas esferas da sociedade, como as redes sociais, a televisão, ao futebol, ao próprio trabalho e ao modo de produção. Ao passo que essa burguesia cresceu e estendeu seus domínios no mercado global como um todo podemos enxergar a oposição de uma massa popular que também tem seus interesses, apesar de terem pouco ou nenhum poder decisório direto, ainda assim são atores importantes do processo de construção da sociedade e das cidades, o poder de fato está restrito a um pequeno grupo de empresas transnacionais e famílias com influência.

Influenciado por Marx, Lefebvre (2001, p.12) entende o tecido urbano como uma rede de malhas desigual que sustenta a própria sociedade, além dos centros urbanos serem sustentados num duplo papel de “lugar de consumo e consumo de lugar”, também discute o processo de industrialização como ponto de partida para entendermos a realidade construída, sendo a organização do espaço urbano um produto da lógica de acumulação e organização capitalista.

Nesse contexto, podemos discutir a cidade capitalista contemporânea como extensão direta das relações de produção, com o capitalismo moldando o espaço urbano segundo suas próprias demandas, segundo Carlos (1992, p.48) “O uso da cidade remete-nos à análise das relações sociais de produção. O mercado será o elo, seus mecanismos determinarão a garantia de acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do preço da terra”, e nesse sentido, os “melhores pedaços” de terra são reservados àqueles que podem pagar mais. Lefebvre sustenta que a cidade capitalista é regida por um planejamento fragmentário refletindo os interesses das classes dominantes, convertendo o espaço urbano em um recurso que atende às necessidades da produção e reprodução do capital, ele sugere que, no capitalismo, a organização urbana serve para manter as estruturas sociais e econômicas que permitem e permeiam o controle e a exploração, defende então “uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte” (LEFEBVRE, 2001, p.108) a fim de promover uma reforma nas cidades e até mesmo nas sociedades com novas formas de experimentar e vivenciar a cidade.

A cidade é uma aglomeração humana e urbana, assim como também o lócus de desenvolvimento do futebol e outras atividades de relevância econômica. O ritmo vivido na cidade moderna se desenrola de maneira distinta ao vivenciado no campo, ao passo que o próprio espaço é utilizado de maneira desigual pelos diferentes cidadãos vivendo no mesmo período, como assinala Carlos (1992, p.25), “a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista”. Essa cidade industrial foi capaz de criar adensamentos urbanos, tanto pela expulsão do campesinato das zonas rurais quanto para a formação de um mercado consumidor concentrado nas zonas urbanas, o futebol que se desenvolveu paralelamente, atuando como agente de transformação urbana, influenciado pelo desenvolvimento dos transportes e pelos ciclos econômicos, conta com a participação estatal direta além de investimentos privados pesados, por isso, a importância do futebol na reconfiguração do espaço urbano refletindo sobre impactos sociais, econômicos e espaciais.

Devemos destacar nesse momento da experiência urbana a pressão do mercado imobiliário nos entornos das arenas, pois a saturação do mercado de terras e o caráter especulativo do capital financeiro são capazes de moldar o território, fazendo pressão para a transformação dos estádios de futebol e suas gestões. A atividade econômica central do sistema capitalista já não é mais a atividade de produção industrial, as grandes plantas fabris são deslocadas para países fora da centralidade econômica onde as operações e salários podem ser mantidos a preços mais baixos, a principal atividade econômica então migra para o sistema financeiro (HARVEY, 2008, 2011, 2014; PIKETTY, 2014, 2020), fazendo com que essa mudança no fluxo de capitais tenha reflexo nas relações de produção no mundo inteiro, assim como no próprio território e uso do solo, não sendo diferente com o universo do futebol, onde o esporte é diretamente impactado pela mudança.

1.2 Futebol e urbanização: indústria, estado e mercado

O futebol começou a ser praticado em território brasileiro na segunda metade do século XIX, com registros espalhados pelo Brasil, como Rio de Janeiro¹ e São Paulo². Segundo Mazzoni (1968), foi na Várzea do Carmo - São Paulo (Figura 1 e 2), em 14 de abril de 1895, que se realizou a primeira partida de futebol com as regras oficiais exportadas pelos ingleses da FA. A partida foi entre *São Paulo Gaz Company* 2 x 4 *São Paulo Railway*

¹ Segundo Mazzoni (1950) existem relatos nos jornais de partidas de futebol no bairro da Glória por marinheiros ingleses em 1874 e nas Laranjeiras em 1878.

² Segundo Neto (2002), partidas de futebol já eram praticadas no Colégio São Luiz de Itu - (SP) entre 1872 e 1873, esporte introduzido pelo padre José Mantero, que trouxe um tipo de bola da Europa.

Company, o segundo time sendo de Charles Miller e ambos formados por trabalhadores das companhias.

Podemos pensar como buscamos referências externas para avaliarmos ou reconhecermos processos endógenos brasileiros, ao passo que no Brasil o futebol é introduzido popularmente pelo mito fundador de Charles Miller, quando um jovem estudante teria retornado de sua estadia na Inglaterra em 1894 com uma bola e um livro de regras dentro de sua bagagem, assim ele tendo sido capaz de organizar a primeira partida de futebol oficialmente no país. Apesar desse enredo ser amplamente difundido, pode-se dizer que contém certa carga mística para a busca de uma “oficialização” do esporte. De fato, Miller foi personagem central em levar a prática e o desenvolvimento do futebol para os clubes da elite paulistana, além de ter dedicado anos de sua vida em diversas funções ligadas ao esporte, contudo existem relatos de que partidas de futebol já haviam sido disputadas em solo brasileiro por marinheiros e operários em partidas “informais” ou em instituições de ensino anos antes do jovem estudante ter voltado de sua estadia na Europa.

Podemos perceber a ligação entre futebol e industrialização pensando respeito da sobreposição entre as cidades que se desenvolviam na Revolução Industrial e os clubes associados a federação nacional de futebol, segundo Mascarenhas (2009, p.3): “o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial”. Nessa lógica, foi em São Paulo que o futebol de várzea se desenvolveu de maneira pioneira no território nacional, numa faceta mais popular do esporte, foi tido como bestial e até mesmo reprimido em seus anos iniciais. Todavia, fazia parte de uma cultura que se desenvolvia em profusão na época e não poderia ser contida pelo estado ou pelo interesse da encastelada elite paulistana. Complementa Mascarenhas (Ibidem, p.4):

No ano de 1905, o futebol era ainda desconhecido para a ampla maioria dos brasileiros, e bem poucas cidades no Brasil o praticavam com alguma regularidade. Em São Paulo, porém, ele já atraía grande interesse e até mesmo suscitava paixões que extrapolavam o âmbito esportivo. Rosenfeld cita o discurso fervoroso de Monteiro Lobato naquele ano, após assistir a concorridos duelos entre paulistanos e ingleses



(Figura 1: “Várzea do Carmo e Rio Tamanduateí, 1858”. Óleo sobre tela, José Wasth Rodrigues, 1922. Paisagem circundante ao Convento do Carmo, edifício no horizonte que foi desapropriado em 1928 pela prefeitura, podemos observar outras construções e lavadeiras trabalhando às margens do rio). Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.



(Figura 2: Várzea do Tamanduateí e Convento do Carmo, foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura. Fotografia que inspirou a pintura, podemos observar as construções nas margens do rio, assim como lavadeiras e tropeiros usufruindo de seus recursos hídricos. Paisagens como essa que serviram para a prática do futebol em São Paulo em seus primeiros momentos. Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info05/index.html>. <Acesso em: 26 de Junho de 2024>).

Ainda nos anos 1910 a cidade já contava com campeonatos de várzea relevantes que serviam de convivência entre a população e consolidação de uma cultura operária paulista. Dessa forma o futebol vai permeando a sociedade e transformando as relações sociais, territoriais e econômicas. A respeito do futebol varzeano, acrescenta Seabra (1987, p.85):

O futebol de várzea, nos inúmeros campos de futebol que existiam, constitui talvez a maior expressão cultural da várzea na vida dos moradores de São Paulo. As várzeas eram espaços de recreação do qual se apropriavam os moradores mesmo de bairros distantes. Um estudo da várzea na dimensão da cultura terá que enveredar por esses caminhos já um tanto perdidos e apreciar o futebol de várzea como atividade mais importante que nelas se praticou.

A maior popularização do futebol coincidiu com o desenvolvimento mais efusivo das cidades, logo, podemos pensar o desenvolvimento do futebol paralelamente à urbanização e ao processo de industrialização brasileira, bem como o conjunto de relações que se desenvolvem no espaço. É dentro do tecido urbano, em permanente ebullição que se desenvolve o futebol, assim como o interesse da classe dominante sobre esse esporte que remonta a sua constituição oficial no século XIX. A visão empresarial dentro da gestão esportiva ganha força a partir dos anos 1970 na Europa e a partir dos anos 1990 no Brasil.

O futebol enquanto fenômeno é capaz de modificar o território, seja com grandes equipamentos ou mesmo que por apenas um período de tempo, como em um dia de partida onde os torcedores tomam as ruas e o transporte público, ou mesmo produzindo uma paisagem de maneira concreta com construções e outras intervenções. Essas transformações territoriais se dão por intermédio da apropriação do espaço pelas torcida ou pela força econômica dos times de futebol, seus patrocinadores e outros agentes econômicos com interesse nesse “novo mercado”.

No início o futebol era um esporte praticado pelas classes abastadas, segundo Mascarenhas (2013), contudo mesmo contra a vontade da elite foi um esporte que em algumas décadas ganhou popularidade com relativa velocidade, o futebol era apenas um fenômeno secundário que constitui suas estruturas sobre terras menos valorizadas, tanto os clubes da elite quanto os clubes amadores buscavam as várzeas de rios, terrenos alagadiços utilizados para a prática do esporte em áreas planas da cidade, áreas periféricas utilizadas como base para a prática e o desenvolvimento do futebol. O autor aponta que:

O primeiro clube a jogar futebol foi o São Paulo Athletic Club (do qual Charles Miller era sócio). Este clube tinha como sócios diretores da São Paulo Railway e outros membros da colônia inglesa, eles se encontravam, anteriormente, para jogar “cricket” numa várzea, nas proximidades da Ponte Grande (uma das pontes que atravessam o Rio Tietê, que dividia a capital paulista) (MAZZONI, 1950)”. (Mascarenhas, 2013, p.15).

Em outro artigo, Mascarenhas (2009) descreve o futebol segundo Hobsbawm, como uma “religião leiga” da classe operária, inserindo-se no cotidiano dos trabalhadores e se expandindo por espaços públicos, como ruas e várzeas. O futebol foi inicialmente adotado como prática elitista, na cidade de São Paulo não foi diferente, depois de disseminar-se entre as massas essa popularização marcou a cidade ao longo das décadas. Na medida em que DaMatta (1982) interpreta o futebol como um microcosmos da sociedade brasileira, no qual interações sociais, dinâmicas culturais e contextos políticos se inter-relacionam. Para DaMatta o futebol transcende o papel de esporte, constituindo-se como um espaço simbólico e performativo em que valores, tensões sociais e identidades nacionais são refletidos e continuamente reconfigurados. Esse fenômeno é lido como um reflexo da organização socioespacial brasileira, onde o campo de futebol se torna um palco para a expressão de hierarquias sociais e assim representam estruturas de poder.

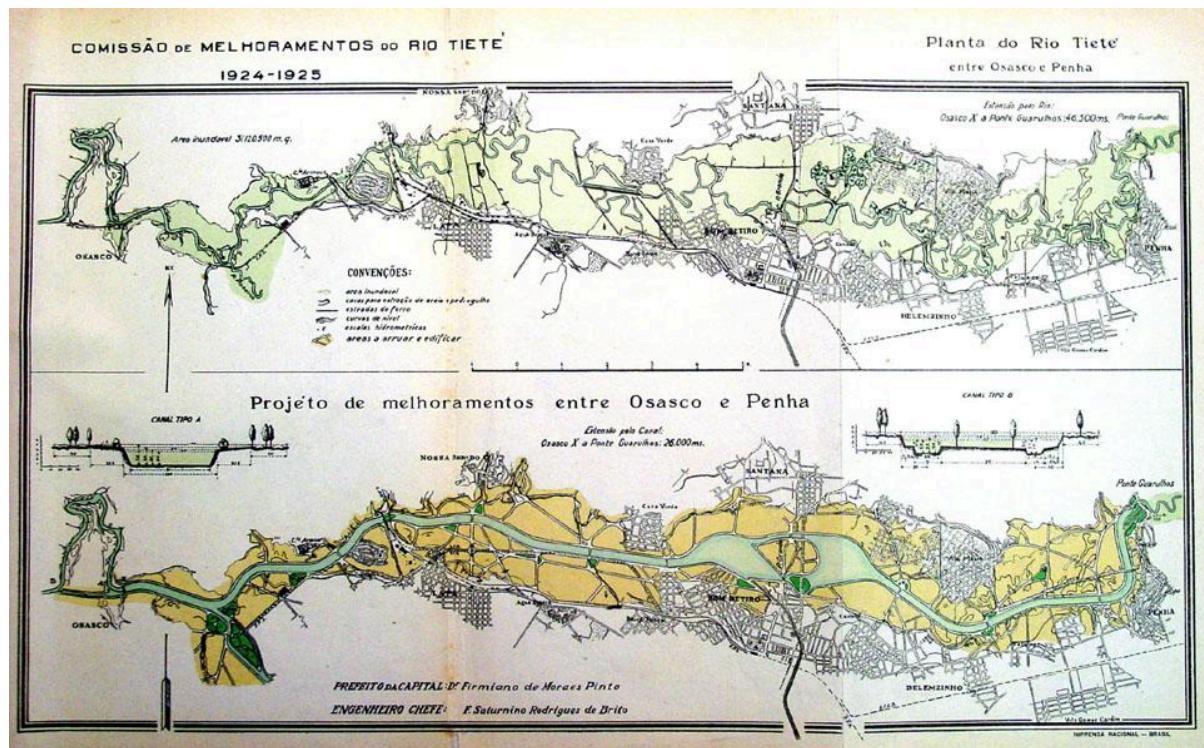
Frequentemente localizados nos fundos de vale, segundo Seabra (1987), as áreas de várzea em São Paulo eram terrenos muito grandes – a várzea do Rio Tietê, do Rio Pinheiros além da várzea do Rio Tamanduateí – que estavam entre o público e o privado, também representavam uma parcela significativa de território que não havia passado pelas pesadas modificações trazidas pelos transportes, indústrias pesadas e capital. Observamos dessa forma reestruturações nas margens dos rios, que são decorrência do crescimento da cidade, como a retificação dos cursos d’água e a retirada de espaço dos campos de várzea. Seabra (1987) discute a várzea através de duas perspectivas distintas, porém indispensáveis quando pensamos os estudos geográficos a respeito do tema, primeiro sob a ótica física e natural magistralmente construída por Ab’Saber e segundo pelo lado cultural e social.

Em uma pesquisa a respeito de times de futebol que se desenvolveram na região do Rio Tietê entre os anos de 1889 a 1945, Almeida (et.al, 2013) comenta sobre o processo de desenvolvimento econômico das cidades paulistas, marcado pela industrialização acelerada e pela urbanização nas primeiras décadas do século XX, foi profundamente influenciado pela expansão dos sistemas de transporte, que atuaram como vetores estruturantes da

reorganização espacial. Nesse contexto, a hidrovia do rio Tietê desempenhou um papel estratégico na circulação de capital e no fortalecimento de uma cultura esportiva urbana, com o futebol emergindo como uma prática social inserida nas dinâmicas territoriais, mediada pelas redes de transporte que conectavam centros urbanos e reforçam a centralidade econômica de algumas cidades. Segundo Almeida (ibidem, p.16):

No início do século XX, o rio era dadivoso, fornecia peixe, areia e transporte até por seus afluentes. Por meio dele era possível deslocar-se a Pinheiros, ou até a atual região de São Bernardo do Campo, pelo rio Jurubatuba (hoje Pinheiros), e às proximidades da região central de São Paulo pelo Tamanduateí, além de manter através de seu caudal um elo com o Tatuapé, Penha (hoje bairros de São Paulo), Guarulhos e Itaquaquecetuba (região metropolitana de São Paulo).

Segundo Leme (1992), ainda em 1887 se dão os primeiros estudos a respeito da retificação do rio Tietê como a principal motivação sendo crescimento da cidade, e com isso, as questões sanitárias e grandes epidemias que vinham ocorrendo na cidade por conta do esgoto que estava sendo lançado nos corpos d'água. Anos mais tarde, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito (1864-1929) quando escolhido chefe da Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, que havia sido criada em 1922, sugeriu a construção de avenidas e parques ao longo das margens do Tietê (Figura 3) pensando na potencialidade hídrica e social do rio, conciliando controle de inundações e espaços públicos que promovessem atividades de lazer e esporte. Seu projeto incluía a criação de barragens e lagos artificiais para regular o fluxo de água e proteger áreas urbanas contra cheias. Essas intervenções tinham o objetivo não apenas de melhorar a higiene e a drenagem urbana, mas também de integrar a cidade ao seus cursos d'água de forma mais harmoniosa. No entanto, muitas das propostas de Brito foram posteriormente adaptadas ou substituídas, por exemplo, Ulhoa Cintra (1887-1944) e Prestes Maia (1896-1965) que revisaram suas ideias, com enfoque mais intenso em infraestrutura viária e menos área verde, também com base num discurso de “modernização”, apostando no uso de combustíveis fósseis e impulsionamento na fabricação e vendas de carros.

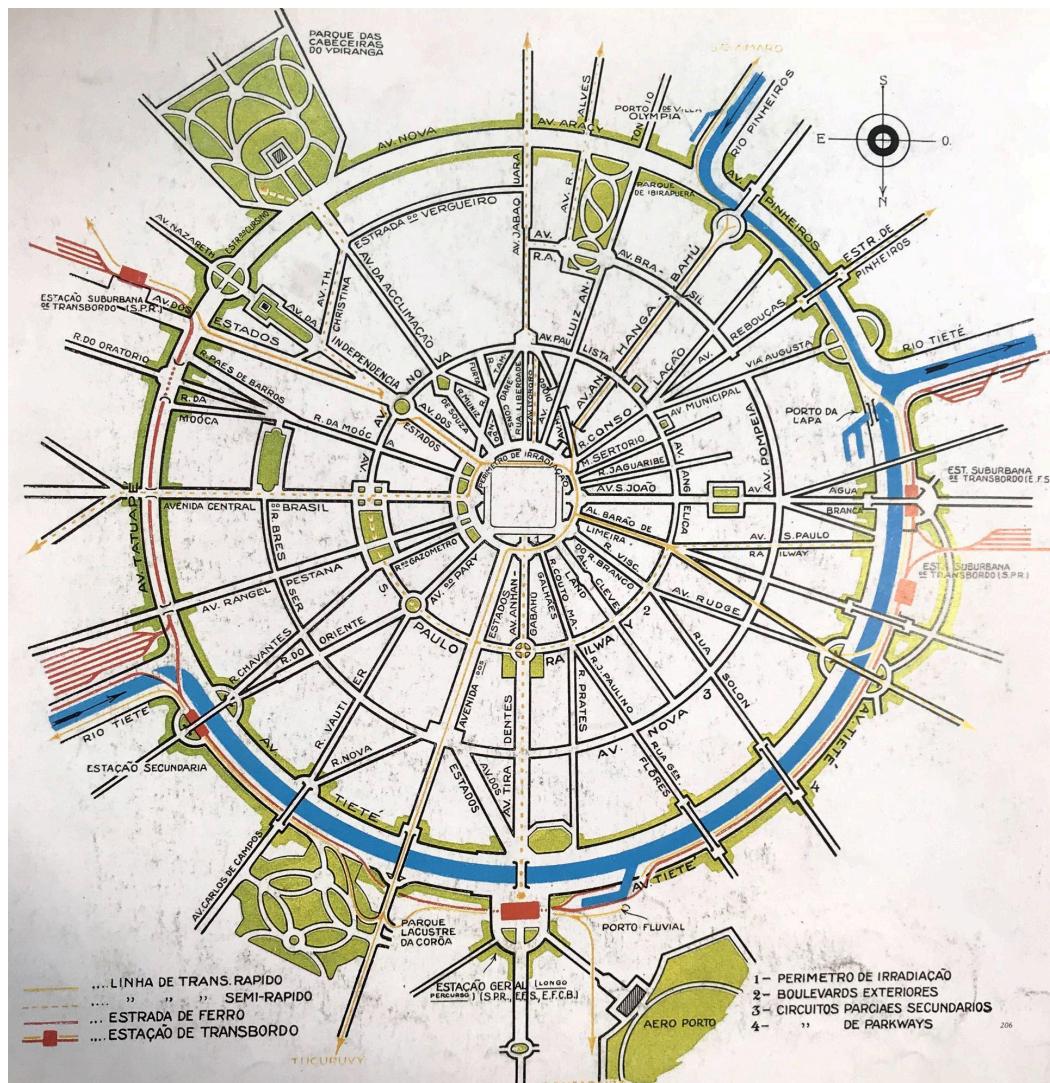


(Figura 3: Projeto de Saturnino Rodrigues para “melhoramentos” do Rio Tietê entre Osasco e Penha, em 1924-1925. Na primeira planta, o que seria o curso “natural” do rio, já na segunda planta é descrita a retificação do leito assim como a sinalização de áreas da várzea que estão sujeitas a alagamentos e deveriam evitar construções, com alguma integração rio-cidade. Fonte: Brito, 1944, vol. XIX, anexos).

Depois do golpe de estado levado a cabo por Getúlio Vargas e instaurar o regime ditatorial que ficou conhecido como Estado Novo, é Francisco Prestes Maia que projeta o Plano de Avenidas para São Paulo (Figura 4) proposto em 1930, mas começou a ser implementado apenas em 1938 por questões econômicas e políticas da época, onde a urbanização de São Paulo toma outro rumo com avenidas e viadutos.

Segundo Leme (ibidem, p.111), os conjuntos arquitetônicos presentes na região e o modelo viário escolhido colocavam o Vale do Anhangabaú como a “sala de visitas” da cidade que passava por grande crescimento e valorização de suas áreas centrais. Nesse sentido podemos pensar o Anhangabaú e suas transformações de uso e conteúdo em paralelo às transformações que sofrem a própria cidade de São Paulo: no começo do século XIX era uma chácara usada para plantação de chá e agrião, transpassado por um rio que era um “bloqueio natural” para o crescimento da cidade, logo em 1906 o riacho foi canalizado, por onde corre até hoje. Com algumas desapropriações e outras construções, nos 1920 servia como um parque para a valorização e melhor uso da região central, com o crescimento da cidade e com base no rodoviarismo foram abertas avenidas no Vale para o uso dos automóveis já nos anos 1930. Novamente, em suas mudanças de uso no decorrer da história, as avenidas ruas e

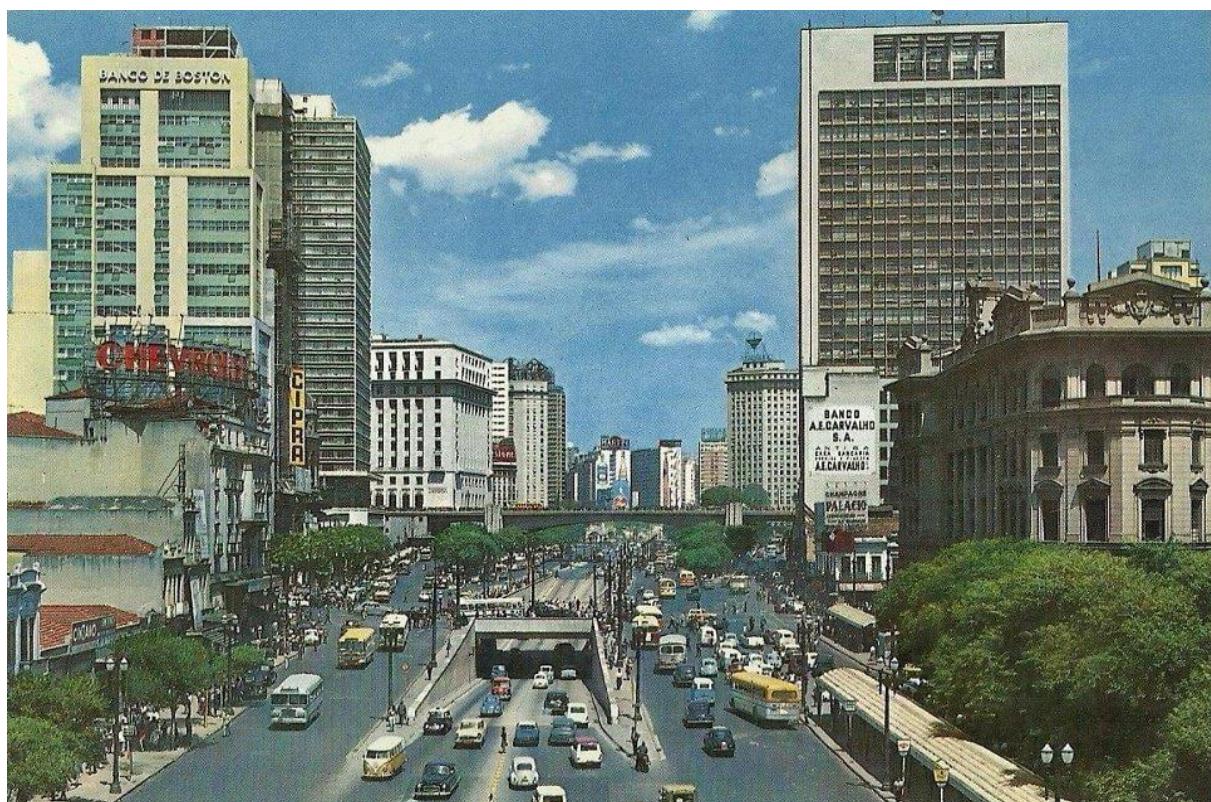
avenidas construídas (Figura 5) com passar das décadas foram desativadas e mais uma vez optou-se pela construção de um parque, projeto que foi modificado, em partes, na última reforma e privatização, onde abordaremos o tema novamente mais a frente no texto.



(Figura 4: Esquema teórico do Plano de Avenidas, 1930. Podemos observar o sistema de anéis viários a partir de um perímetro central, com bulevares traçados por avenidas e delimitados pelos Rios Tietê e Pinheiros, os rios são menos integrados à paisagem e a funcionalidade urbana que no outro projeto. Fonte: TOLEDO, B. (2005). Prestes Maia e as origens do Urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Ed. ABCP.

A respeito do projeto urbanístico para os transportes em São Paulo, Rolnik (2011, p.91) comenta que esse sistema de avenidas “radial perimetral” com a cidade dividida em anéis viários acabou por estruturar o crescimento da cidade ao longo das décadas seguintes, num projeto que negando o sistema de trens e bondes que era utilizado na região central o investimento veio como forma de transporte rodoviário com automóveis, ônibus e caminhões. Segundo Rolnik, “a flexibilidade do serviço de ônibus, ao contrário dos bondes e trens, cujo

raio de influência era limitado pela distância entre estações, combinada com o modelo de expansão horizontal, trazia a solução para a crise de moradia com a autoconstrução em loteamentos na periferia". Dessa forma, o projeto urbanístico é capaz de "direcionar" o crescimento urbano, negando aspectos naturais e sociais foram se constituindo as relações da cidade de São Paulo com seus rios, ao mesmo tempo em que a ação do mercado imobiliário age sobre o preço da terra e assim gera a expulsão das famílias mais pobres do centro para as periferias. O uso do solo não responde aos interesses da população, mas sim aos interesses econômicos.



(Figura 5: Cartão Postal de São Paulo, Editora Franco Brasileira, anos 1960. Sistema viário que funcionou desde os anos 1930 até os anos 80 no Vale do Anhangabaú, uma localidade que assumiu diferentes funções com passar do anos e ciclos econômicos, já serviu como campo de plantação, parque e boulevard, avenida, entre outras coisas, palco de shows e grandes eventos. Ao fundo da paisagem destacam-se o Viaduto do Chá, estrutura central dos processos de ocupação do centro paulistano e a atual sede da Prefeitura de São Paulo).

Podemos utilizar casos como o do Santa Marina Atlético Clube (SMAC), um clube operário centenário, sediado no bairro da Água Branca em São Paulo, constituído por trabalhadores de uma antiga vidraria em 1910 que remonta o passado fabril daquela região. O SMAC depois de longa batalha judicial contra uma empresa multinacional francesa, que comprou o terreno pertencente à família dona da antiga fábrica, recentemente se viu

desalojado junto de seu acervo enorme da noite para o dia. Uma localidade que antes possuía utilização pela população da região para prática de esporte e convivência comunitária, é tomada pelo interesse particular e privado, promovendo transformações em suas funções para que o espaço seja convertido em algum empreendimento e gere ganho econômico através da especulação e do mercado imobiliário. O SMAC, ao lado de outras dezenas de associações esportivas amadoras e da várzea possuem uma origem popular e foram cruciais para a construção do futebol paulista e brasileiro como conhecemos atualmente. Até os dias atuais seguindo lógica parecida, os times “de várzea” não se constituem na Faria Lima ou na Avenida Paulista, mas em regiões fora da centralidade econômica, como a zona leste ou no extremo da zona sul.

A estrutura socioespacial de cada país está sujeita às transformações com passar do tempo, da mesma forma que os sujeitos estão sofrendo com ação de forças que atuam sob determinada porção (ou porções) do território, assim podemos dizer que as formações socioespaciais são ponto de partida na discussão a respeito das desigualdades entre as sociedades e como vão se diferenciando no decorrer da história no que tange estruturas e funções dentro do mundo globalizado. Seguindo essa lógica, para Santos (2000) a base da sociedade se constituiu e segue se re-constituindo em meio ao conflito constante entre algo que estava dado e algo novo, tendo por resultado um espaço que se desenvolve de maneira desigual.

Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. (Santos,2000, p.39).

Nesse sentido, Trotsky tem contribuições importantes com o que ficou conhecido como a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, uma proposta embasada em estudos econômicos, sociais e culturais de uma Rússia que saiu de um país majoritariamente agrário para um polo de desenvolvimento industrial. Foi um cenário de dois mundos distintos que continuaram coexistindo em “atraso” e “desenvolvimento” simultâneo, pois a transição entre os sistemas produtivos não foi gradual mas sim acelerada em algumas dezenas de anos. De alguma forma podemos observar atualmente, dinâmicas semelhantes de dependência

econômica em grande parte dos países em desenvolvimento. Para compreender a singularidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, é imprescindível considerar o papel crucial do capital financeiro europeu, que, como aponta Lowy (1973), atua como o principal vetor da modernização econômica do país. Diferente das trajetórias endógenas observadas em potências industriais clássicas, como a Inglaterra, o processo russo foi amplamente sustentado por investimentos externos, especialmente oriundos das economias centrais da Europa ocidental. Esse influxo de capital, direcionado majoritariamente a setores estratégicos como ferrovias, mineração e indústria pesada, não apenas acelerou a industrialização russa, mas também a inseriu em uma rede de dependência econômica internacional.

Seguindo a discussão a respeito de Trotsky, “para entender esta configuração singular, é preciso partir do capital financeiro europeu - isto é, do imperialismo, termo que Trotsky ainda não utiliza - que é o principal vetor do desenvolvimento capitalista na Rússia ”(Lowy, 1973, p.75). Nesse contexto, o capital europeu desempenhava uma função ambígua: ao mesmo tempo que possibilita uma rápida transformação produtiva e urbana, subordina a economia russa aos interesses financeiros de potências estrangeiras, particularmente em períodos de crise econômica ou instabilidade política. A consequência imediata foi o desenvolvimento de uma “modernização dependente” que instaurou, de maneira contraditória, estruturas capitalistas avançadas em meio a relações sociais e políticas marcadas por desigualdades. A concentração de investimentos estrangeiros em áreas urbanas industriais resultou em um padrão de desenvolvimento que aprofundou disparidades regionais e sociais. Ao operar sob os imperativos do capital europeu, o desenvolvimento russo reproduziu, no espaço urbano e produtivo, uma lógica de centro-periferia dentro de seu próprio território. Esse modelo híbrido e dependente contribuiu para criar as condições de polarização que mais tarde alimentariam as condições revolucionárias. Assim, o capitalismo russo do período pré-revolucionário não pode ser entendido como uma mera adaptação do modelo ocidental, mas sim como uma formação específica, em que a inserção subordinada na economia global redefiniu os contornos geográficos e sociais do desenvolvimento. Essa perspectiva não apenas ilumina o papel do capital europeu como agente transformador, mas revela as condições de vulnerabilidade estrutural do capitalismo periférico. A discussão a respeito das transformações e expansão do capitalismo pelas nações fora do centro capitalista, pode à primeira vista parecer distante do nosso cotidiano e do futebol, contudo, as transformações que o futebol e o próprio território brasileiro sofrem, muitas vezes estão relacionados a interesses privados ou a empresas que possuem duas sedes fora do país.

Quando pensamos a respeito da administração urbana propriamente dita além de sua capacidade de produção e transformação do espaço, assim como o próprio futebol, a mesma alinha-se ao planejamento empregado por esse conjunto de órgãos burocráticos e atores econômicos variados que constituem o Estado burguês moderno, alinhados também muitas vezes a interesses externos. Podemos perceber que a divisão territorial do trabalho promovida por esse planejamento tecnicista acaba por favorecer determinadas regiões em detrimento de outras, desenvolvendo os sistemas urbanos de maneira desigual, da mesma forma que a multiplicação do capital aplicada nesse território também acaba por desenvolvê-lo de maneira diferenciada. Por isso, a urbanização e a cidade (assim como o próprio futebol) devem ser entendidos como fenômenos históricos, não como mero resultado, mas sim um resultado em processo atrelado a vários processos (Silveira,2008). A construção das cidades está em um constante desenrolar, seja de maneira mental ou concreta como construímos as nossas malhas urbanas, se relaciona intimamente como construímos as estruturas sociais e na maneira de vivenciar a própria realidade, formas e aplicações são pensadas e realizadas diariamente para o desenvolvimento do tecido urbano.

1.3 - Cidade a venda: megaeventos e as privatizações como oportunidade

Como desenvolveu Harvey (1996), a administração urbana e o planejamento das cidades eram operados em uma lógica de “gerenciamento urbano” até os anos 1970. Com a ruptura dos anos 1973, chamada vulgarmente de “crise do petróleo”, onde não se tem relação alguma com um elemento da natureza, mas sim com a própria crise do modo de produção capitalista, o planejamento urbano passa a ser regido pelo “empresariamento urbano”. Assim explica o autor:

Há uma concordância generalizada de que a mudança tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973. Desindustrialização, desemprego, aparentemente estrutural e generalizado, austeridade fiscal tanto a nível nacional como local, combinados com uma onda crescente de neoconservadorismo e um apelo muito mais forte (conquanto mais frequentemente na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e da privatização, fornecem um quadro para compreender porque tantos governos locais, muitas vezes de diferentes conotações políticas e munidos de diferentes poderes legais e políticos, tomaram todos uma direção bastante semelhante. (Harvey, 1996, p. 50).

Segundo Harvey (*Ibidem*), o gerenciamento estava ligado ao Estado Nação que estaria preocupado em prover serviços ao seus cidadãos, como saúde e transporte, assim como manter o poder de compra dos cidadãos, onde o poder público intervém na economia para investimentos em setores produtivos, estatização de setores estratégicos, garante serviços básicos ao construir e manter estruturas, promovendo assim o estado de bem estar social (ou *Welfare State*³ cunhado por John Maynard Keynes). O autor entende que os senhores capitalistas estão sujeitos à História e à Geografia, contudo quando atuando em conjunto são capazes de modificar esses campos. Com a crise e as dificuldades em encontrar novos investimentos por conta dos problemas urbanos como saturação das metrópoles, encarecimento do custo de vida, violência crescente, etc, criou-se pelo neoliberalismo a ideia de diminuir o tamanho do estado, diminuição dos investimentos públicos no setor produtivo, ao passo que o pleno emprego já não é uma preocupação, e por consequência ocorre piora na qualidade de vida da população. A pobreza também pode ser produzida.

Com o passar do tempo e as novas formas de ampliação da mais-valia e espoliação da classe trabalhadora, após os anos 1990 o neoliberalismo e seu conceito empresarial, a cidade passa a ser regida por um “empresariamento urbano” que cria condições para as grandes empresas ampliarem seus lucros, por meio de concessões fiscais e privatizações, mas também utilizando a própria cidade como forma de troca com a especulação imobiliária. Dessa forma a economia política e o planejamento empresarial não se atém ao território como um todo, mas sim oferecendo maior atenção em projetos imediatistas como os empreendimentos feitos de maneira pontual no espaço, interesses empresariais esses que nem sempre vão de encontro aos interesses da população em geral, justamente pelo fato do foco privado ser num retorno de capital o mais rápido possível. O uso dos esportes e, em especial, do futebol como ferramentas de capitalização urbana revela as complexas relações de poder e transformação socioespacial. Ao serem promovidos como catalisadores econômicos, esses eventos e infraestruturas esportivas frequentemente redirecionam recursos e políticas públicas para realização de projetos privados. Como aponta Harvey:

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos

³ Ver em: KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Não foi Keynes que cunhou o termo, contudo suas ideias foram basilares para o desenvolvimento da ideia de bem-estar social. O autor discute o papel do governo na economia com a necessidade de intervenção para corrigir desequilíbrios, promover o crescimento e evitar crises.

problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. (Harvey, 1996, p. 59).

Nesse sentido, também podemos discutir sobre as dinâmicas desenvolvidas nas cidades brasileiras após a realização de eventos esportivos como a Copa do Mundo no Brasil em 2014, os Jogos Olímpicos de Verão em 2016 e os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro. São agendas que estão sempre atreladas a mudanças urbanas onde ocorrem, que levam investimentos públicos em infraestrutura e transporte, fazem crescer o interesse dos agentes privados por adquirir imóveis nas proximidades dos locais de evento ou alguma outra forma de reprodução de capital. Despertando assim, o interesse de diferentes áreas da economia, mas também das áreas do conhecimento a respeito da temática esportiva e dos megaeventos. Podemos discutir o tema com as ideias de Mascarenhas e outros autores que discutem a cidade:

Quando o Brasil teve sua candidatura aceita para sede do Pan-2007 e dos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo da década seguinte, a intelectualidade acadêmica finalmente compreendeu o impacto político, econômico, social, ambiental e cultural nas cidades que abrigavam tais competições. A imensidão dos investimentos financeiros e intensidade dos fluxos de capital logo ocasionaram a produção de artigos em série, de pesquisadores das mais diversas áreas, sobre os impactos das reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Os fundamentos eram especialmente os impactos de um modelo neoliberal autoritário, excludente e pautado no empresariamento urbano (HARVEY, 1996), com a dolorosa modernização de estádios, espaços urbanos e das próprias práticas esportivas. (Andrade et al, 2022, p.5).

Abordando a temática da venda da cidade e como o esporte impacta nas economias urbanas globais, segundo Mascarenhas (2014, p.55), “os grandes projetos de desenvolvimento urbano, a seu modo, sintetizam as novas formas de fazer e refazer as cidades do capitalismo contemporâneo”, onde esses investimentos direcionados pelo planejamento empresarial quase sempre buscam alguma desregulamentação, incentivos fiscais, privatizações. O autor discorre sobre como a cidade se transforma pelo empresariamento urbano, mediado por megaeventos esportivos como Olimpíadas e Copa do Mundo, transforma o ambiente urbano em um espaço espetacularizado e mercantilizado onde a cidade se torna ela própria a mercadoria a ser comercializada, gerando assim uma competição a nível nacional, regional e mundial entre as cidades, que servem como a vitrine para o consumo exacerbado moderno além da pretensão de se tornar um destino turístico que

possa agregar pessoas de outras localidades. Para abrigar eventos como esse, os comitês Olímpico ou da FIFA exigem diversas mudanças urbanísticas cuja as obras são sempre onerosas, como por exemplo, adequação da rede hoteleira e construção de uma “Vila Olímpica” para os atletas competidores. Dessa forma, podemos dizer que os interesses do capital, das empreiteiras e dos especuladores imobiliários prevalecem sobre as necessidades da população local em detrimento do suposto desenvolvimento econômico que receber tais eventos trazem aos países sede.

Podemos dizer que os agentes privados investem na construção de arenas e complexos esportivos, por óbvio privilegiando algumas localidades em detrimento de outras, dessa forma agindo de maneira diferenciada no território e causando competição interurbana, não somente o equipamento é construído mas todo o entorno é modificado. Na medida que o poder público se encarrega de investir em infraestrutura, transporte e demais melhorias urbanas, os países passam a adaptar seus territórios, estruturas e até mesmo as legislações, justamente para atrair mais investimentos e parcerias com o setor privado, como a realização dos megaeventos, pelo grau de capital alocado que geram transformações urbanas importantes nas cidades em que são sediados. Esse processo de "mercantilização do espaço" tende a beneficiar setores específicos da economia urbana, como turismo, eventos e construção civil, mas também acabam por favorecer determinados e específicos agentes, na medida que é um jogo ditado pelos interesses privados e troca de favores. Áreas centrais e zonas de interesse turístico ou empresarial são reformuladas para receber esses investimentos, frequentemente resultando em processos de gentrificação, onde populações de baixa renda são deslocadas em função da valorização imobiliária.

Além disso, a produção de uma “cidade-espetáculo”, segundo Mascarenhas, orientada para o consumo e o lazer, reforça a ideia de que esses espaços devem servir a uma audiência temporária – turistas e visitantes – em vez dos residentes. Dessa forma, o futebol adquire um papel central nesse processo: sendo o esporte nacional e uma marca cultural, ele é apropriado como recurso para justificar investimentos públicos em infraestrutura. Isso pode deixar “legados” de espaços subutilizados pela população e dívidas públicas significativas, além de concentrar o desenvolvimento em áreas turísticas, acentuando as desigualdades espaciais e sociais.

Quando discutimos os projetos de privatização que enquadrados no “empresariamento urbano”, podemos utilizar como exemplo as parcerias no transporte sobre trilhos de São Paulo. As linhas operadas pelo governo estadual, como a maior parte das linha do Metrô e da CPTM são utilizadas pelo maior número de pessoas, em 2022 foram mais de 1 bilhão de

passageiros, se comparado com as linhas operadas pelas empresas privadas da ViaQuatro e ViaMobilidade que levaram cerca de 500 milhões passageiros no mesmo período, contudo, o repasse que as concessionárias receberam das verbas vindas do Bilhete Único (R\$7 bilhões em 2022) foi cerca R\$2 bilhões, na medida que o repasse para as empresas públicas foi de 460 milhões. Em 2018 os repasses estaduais para o Metrô e CPTM havia sido de R\$1,8 bilhão, ou seja, menos investimentos se traduzem em serviço sucateado de pior qualidade⁴. Este processo apresenta o governo tirando dinheiro de um retorno como investimento público em detrimento do enriquecimento das empresas concessionárias com o dinheiro que sai diretamente do bolso do cidadão.

Jogando luz sobre outros processos de PPP (Parceria-Público-Privada) na cidade de São Paulo temos casos como o Vale do Anhangabaú, que foi reformado recentemente (Figura 6) numa obra que custou mais de R\$100 milhões⁵, o projeto foi “dado de presente” para a prefeitura da cidade pelo banco Itaú. Depois da reforma entre 2013 e 2021, foi concedido para exploração comercial por 10 anos a um consórcio de algumas empresas chamado de “Viva o Vale” com um contrato estimado em pouco menos de R\$50 milhões. Apesar de contar com obrigações descritas em contrato e estimativas de lucro e uso comercial do espaço, ocorreram vários adiamentos da inauguração mesmo com a obra concluída, após isso, a instalação de banheiros e quiosques também eram previstos, mas nunca foram entregues. O valor pago em licitação pelo consórcio para iniciarem as operações foi de apenas R\$6,5 milhões, na medida que, as obrigações em contrato como manutenção e ativação cultural estão sendo pouco ou nada realizadas. Era uma localidade com valor histórico enorme para a cidade, um desenho que contava com boulevares, fontes e maior cobertura pela vegetação, foi transformado em um espaço “revitalizado” através de um projeto de alto custo e no final entregue ao setor privado para sua gestão e exploração comercial. Na medida que eventos e festas privadas promovidas não são acessíveis a maior parte da população, é considerável repensarmos para qual uso estamos destinando os espaços urbanos. Pouco vemos em investimento para melhoria do espaço pois buscam atividades que geram lucro as empresas que promovem os eventos, num movimento de privatização do espaço público e seu uso para reprodução de capital. O debate qualitativo das mudanças

⁴ Em dados obtidos pelo portal UOL e reproduzidos pelo jornal Carta Capital, em 2022. Fonte: [São Paulo: Linhas privatizadas transportam menos, mas ganham 4 vezes mais que Metrô e CPTM – Política – CartaCapital](#). < Acesso em : 17/09/2024 >.

⁵ Segundo o portal G1, enquanto as obras não haviam sido concluídas em 2020, o projeto já havia custado mais de R\$105 milhões aos cofres públicos, ao passo que foi repassado à iniciativa privada por R\$6,5 milhões. Fonte: [Reforma do Anhangabaú passa dos R\\$ 105 milhões | São Paulo | G1](#) < Acesso em: 03/10/2024 >.

urbanas não passa simplesmente pela privatização ou não de algo, mas sim na forma da gestão que é realizada em algum serviço, independente de ser na esfera pública ou privada.



(Figura 6: Vale do Anhangabaú depois de sua reforma mais recente finalizada em 2021, e posterior concessão. Podemos observar a diminuição de área verde, assim como perda de atributos urbanísticos visuais e funcionais, o paisagismo desenhado nos anos 80, foi substituído por cimento bruto como base para a reprodução de capital). Foto: Rivaldo Gomes/ Folhapress.

Usando como exemplo um equipamento esportivo histórico de São Paulo, o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho construído em 1937 no “Estado Novo” de Getúlio Vargas. É descrito, segundo Kupper (2022), como a construção de um símbolo patriótico na formação da identidade nacional que era propagandeada pelo governo varguista, se utilizando de uma “arquitetura desportiva”. Da mesma forma, o esporte de maneira nacional servia como prática de Estado, também para aproximação e controle do operariado. Conhecido popularmente como Pacaembu, e agora rebatizado de Mercado Livre Arena Pacaembu, o estádio foi concedido em 2019 por mais de três décadas pelo então prefeito Bruno Covas (PSDB) para a concessionária Allegra Pacaembu. O principal ponto do projeto foi a demolição do Tobogã, um setor de apelo popular com os ingressos mais baratos, para dar espaço a um prédio comercial, como se já não houvesse o bastante deles na cidade. Prevista para ser concluída em janeiro de 2024, a obra já teve a data de entrega do estádio modificada

outras vezes⁶, assim como já foi paralisada com uma greve dos operários contratados por questões de insalubridade ou até mesmo por abalos estruturais na obra. Podemos discutir a quem foi benéfico os processos de concessão dessas localidades/serviços que transformam-se do patrimônio público em fonte de geração de lucro aos acionistas e as empresas privadas, na medida que as contrapartidas oferecidas pelas empresas mais parecem ser o próprio enriquecimento.

A possibilidade de entendermos a territorialização do capital passa também pela forma como captamos e analisamos as transformações que são provocadas na paisagem, Carlos (2005) aponta a cidade de São Paulo como metrópole integrada ao capitalismo financeiro, aos bancos e setor de serviços, construído assim, pela destituição dos espaços públicos e condições de vida.

Num passado de vocação fabril paulista onde o capitalismo tinha base no trabalho concreto, a produção de bens de consumo era a maior preocupação e o futebol como produto ainda não era explorado comercialmente da maneira como é hoje. As demandas eram diferentes das atuais e vão sendo modificadas com o passar das décadas e períodos da economia, o interesse vai migrar gradativamente para o setor de serviços, entretenimento e operações financeiras, num movimento da mudança do próprio capital de industrial para financeiro que também vai moldando a própria cidade, relações de trabalho e sociedade.

Da mesma forma que temos as classes dentro das sociedades também existe essa hierarquização para os times de futebol, as agremiações são ranqueadas por “divisões”. Nas divisões inferiores o poder econômico e de ação dos clubes é infinitamente menor em comparação com os grandes clubes. No futebol globalizado e estreitamente ligado ao capitalismo, o futebol de várzea de modo geral assim como os clubes pequenos profissionais, como é o caso do SMAC que já foi supracitado, acabam ficando totalmente incapazes de competir economicamente com equipes como CRF e SEP que possuem contratos milionários de patrocínio e multimídia, renda com bilheteria e programa de sócio-torcedor relevantes. Sendo assim, a capacidade de ação nesse “empresariamento urbano” por alguns clubes acaba por ser drasticamente reduzida, colocando-os submetidos às vontades do mercado imobiliário e as “modernizações” que vão sendo implementadas com o passar do tempo. Para fins comparativos, pensemos a respeito de como o SMAC e SEP possuem suas sedes localizadas na região do rio Tietê perto da Água Branca/Barra Funda assim como um

⁶ O Tribunal de Contas do Município de São Paulo recomendou que a Prefeitura multe a concessionária por atrasos nas obras do estádio tal qual em outras áreas do complexo como quadras e piscina, além de infiltrações na estrutura. Fonte: [TCM recomenda que Prefeitura multe Allegria por atraso do Pacaembu | Metrópoles](https://www.metrópoles.com.br/2023/09/26/tcm-recomenda-que-prefeitura-multe-allegria-por-atraso-do-pacaembu/) < Acesso em : 21/10/2024 >.

importante terminal de ônibus, metrô e trens , fazendo com que os bairros tenham passado por transformações importantes em sua paisagem no último século. Segundo Carlos (2005, p.29) “o setor financeiro se realiza através do setor imobiliário, investindo na compra de terra urbana para produção de edifícios corporativos que serão destinados ao mercado de locação.” As moradias operárias dão lugar a metros quadrados valorizados com prédios comerciais e residenciais de luxo, além do custo de vida que fica encarecido, as transformações aqui descritas também podem ser chamadas de gentrificação se tivermos uma visão mais crítica da situação ao enxergarmos o aumento da segregação socioespacial assim como o direito à moradia sendo restringido na cidade.

Ligado a mundialização e a lógica de acumulação capitalista, o fenômeno do clube empresa é a manifestação mais genuína das ideias empresariais no meio do futebol, encontrando assim uma outra forma de reprodução do capital nas atividades desenvolvidas na sociedade. O senso comum é de que se for vendido ou tiver um dono, então a diretoria de algum clube seria mais cuidadosa aos compromissos financeiros e boas práticas de gestão, mas na verdade devemos analisar e buscar cada caso para entendermos a realidade dos clubes-empresa que se desenvolvem no futebol.

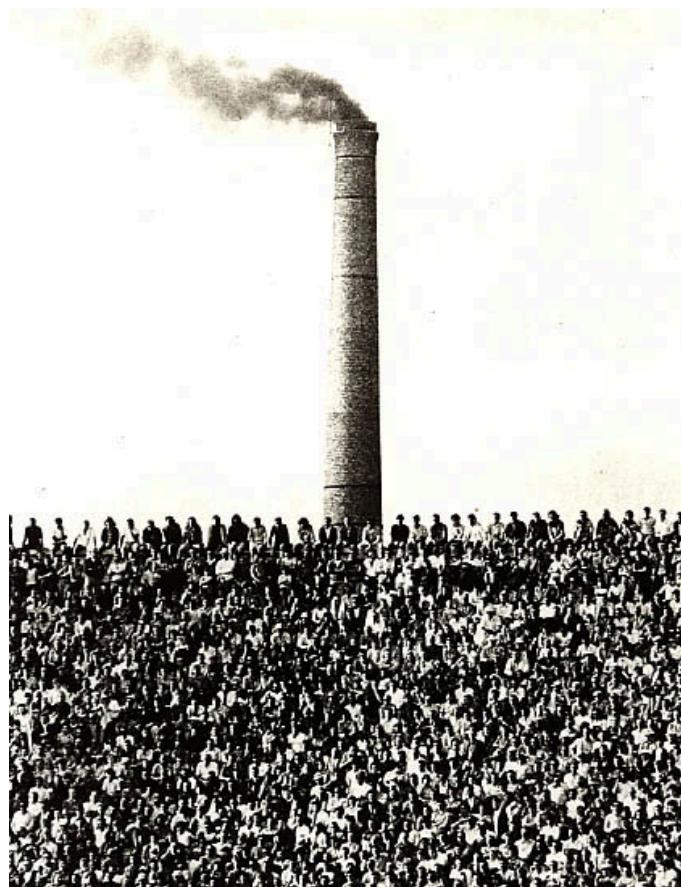
CAPÍTULO 2 – Geografia do esporte: clube-empresa e SAF

Capítulo 2.1 - Do futebol amador a profissionalização: o impacto na geografia da cidade

Discutimos anteriormente a gestão e reprodução das cidades e como o planejamento urbano tem papel preponderante nas condições de vida da maior parte da população, gerando impacto em habitação, transporte, lazer, etc, além desse planejamento decidir a respeito da regulação, uso e ocupação do solo, assim ditando as formas, funções e relações que se desenvolvem em determinada porção de território.

Uma das atividades que se desenvolvem na cidade são esportes, sendo assim, também possuem sua faceta territorial ao passo que constituem e transformam a paisagem onde estão integrados (Figura 7 e 8). Segundo Mascarenhas (1999, p.51), discutindo a respeito da importância do esporte para o espaço geográfico:

No que tange à configuração territorial, isto é, ao arranjo sistêmico-funcional dos objetos geográficos no território, os esportes merecem a observação cuidadosa dos geógrafos, posto que sua prática implica transformações significativas na forma e na dinâmica territoriais. Basicamente, o esporte deve ser encarado como uma atividade econômica, particularmente quando realizado em caráter oficial, de competição, e oferecido à sociedade (público espectador) como um artigo de consumo.



(Figura 7- Fotografia do antigo Parque Antártica, ao fundo, uma das chaminés da Casa das Caldeiras do Conglomerado Industrial Matarazzo funcionando a pleno vapor, em dado momento foi a maior planta fabril da América Latina. Imagem de Pedro Martinelli vencedora do Concurso de Fotografia da Revista Realidade em 1972, arquibancada cheia numa partida entre Palmeiras 1 x 0 Guarani no dia 1º de Maio de 1971, mostra a sobreposição da paisagem urbana industrial com a paisagem esportiva. Fonte: [Blog | Pedro Martinelli » Fotografia](#) Acesso em: 17/09/2024).



(Figura 8 - Arena Allianz Parque e área circundante. O passado fabril ainda é factível na paisagem, inserido num entorno modernizado, dos grandes empreendimentos urbanos do setor imobiliário em forma de edifícios e condomínios. Fonte: [Barra Funda: como é morar nesse bairro de São Paulo? - Portal Loft](#). <Acesso em: 16/11/2024>.

A discussão a respeito da influência do esporte sobre o espaço geográfico, ou seja a ideia e um espaço esportivo, conforme articulado por Bale (2003), o espaço pode ser entendido como uma construção social que reflete as relações de poder, classe e cultura presentes em diferentes contextos. Segundo o autor, o esporte tornou-se um elemento estruturante na configuração das paisagens urbanas. Em áreas centrais e também em bairros periféricos, ele desempenha um papel central na definição da forma e identidade desses espaços. Os deslocamentos massivos de torcedores, em intervalos regulares, geram fluxos que reconfiguram temporariamente as dinâmicas e o funcionamento das cidades, evidenciando seu impacto territorial e simbólico. Ele argumenta que os espaços esportivos são mais do que locais de competição: são arenas onde hierarquias sociais se manifestam, com questões como acessibilidade, exclusão e organização espacial representando, de forma concreta, as desigualdades dentro de uma sociedade.

Estádios e complexos esportivos, por exemplo, são frequentemente localizados e projetados para atender a demandas comerciais e políticas, muitas vezes refletindo a concentração de capital em áreas urbanas de prestígio ou em regiões específicas que buscam revitalização econômica. Esses espaços também podem refletir divisões sociais, já que a experiência esportiva pode variar significativamente de acordo com o lugar que se ocupa dentro deles — desde os camarotes de luxo até as arquibancadas mais populares. Dessa forma, espaço pode ser uma expressão tangível das relações entre o esporte, a cultura e o espaço geográfico, moldando como as pessoas interagem com o esporte e umas com as outras nesses ambientes. Bale (2003) discute sobre a gênese dos esportes modernos e seus múltiplos significados socioculturais e territoriais. Ele examina como os esportes emergem de contextos históricos específicos e adquirem características que moldam identidades coletivas e transformam paisagens urbanas. Atrelado à discussão e como representação espacial, o conceito de paisagens esportivas se refere a paisagens que são projetadas e moldadas pelos fenômenos esportivos, incluindo a construção de arenas e demais mudanças de desenvolvimento urbano e regional impulsionado pela infraestrutura gerada pelo desenvolvimento dos esportes, destacando assim o papel dos equipamentos esportivos como agentes de reorganização do espaço, com implicações tanto econômicas quanto ambientais, o autor utiliza de exemplo como o golfe e a reprodução de condomínios de luxo próximo a esses campos estão associados a especulação imobiliária, concentração fundiária e privatização de áreas verdes, citando o caráter “monocultor” desse esporte que é capaz de influenciar grande extensões de território.

Na era moderna, são os nobres ingleses ainda no século XIX que propunham formas de convivência através do futebol e foram os primeiros a redigir uma regulamentação, como um conjunto de diretrizes “oficialmente” organizado, pensando a padronização do jogo ao estipular a quantidade de jogadores por time, dimensões do campo e da bola além de demais regras, que foram essenciais para a consolidação do futebol nas décadas iniciais do século XX como um esporte amplamente difundido. Concomitantemente, sendo pelas zonas portuárias e permeado nas diferentes cidades do Reino Unido que o futebol encontrou os verdadeiros aficionados pelo espetáculo, o povo, assim foram os marinheiros e os trabalhadores das companhias ferroviárias que levaram o futebol em navios de guerra ou mercantes para outras localidades do globo. Segundo Carvalho (2012), esse formato definitivo das regras foi crucial para que chegássemos ao futebol como ele é atualmente, contribuindo com uma representação visual mais clara, e com isso foi possível que outros modelos técnicos, táticos e estéticos fossem florescendo e se desenvolvendo.

A prática de atividades semelhantes ao futebol foi descrita bastante tempo antes do interesse dos senhores ingleses, sendo este um fenômeno sociocultural possuidor de inúmeras raízes históricas e também com diferentes significados durante a história, existem registros datados com milhares de anos atrás em países e sociedades desde a Antiga China (Figura 9) até o Império Romano e Idade Média (Murrad,1996) as regras e outros aspectos do jogo eram completamente diferente dos atuais, o esporte servindo até mesmo como ritual de guerra, assim como as próprias sociedades apresentavam modos de vida e cosmovisões diferentes com passar dos séculos.



(Figura 9- Pintura de Huang Shen (1687-1772). s/d. Arte que retrata uma partida de cuju, prática que teve início milênios atrás como treinamento militar, mas tornou-se com passar dos séculos uma atividade de diversão e lazer. Fonte: [Painting of Cuju - Huang Shen - WikiArt.org](https://www.wikiart.org/en/huang-shen/painting-of-cuju) <Acesso em: 22/09/2024>.)

Discutindo a respeito de como o esporte penetra a sociedade e diz respeito a vida de cada vez mais pessoas ao redor do mundo, assim como os demais processos que se desenvolvem na sociedade, o futebol é espelho para estudarmos tais processos. Elias e Duling (2019) abordam o esporte e o lazer como fenômenos sociais que refletem mudanças culturais e estruturais nas sociedades ao longo do tempo, refletindo a normatização das práticas esportivas e outras normas sociais com a gradual diminuição da violência, ou seja, o processo civilizador seria o controle dos impulsos instintivos humanos, produzindo assim sociedades mais “pacíficas” no âmbito individual mas também formas políticas e de divisão do trabalho mais complexas. Nesse contexto, o futebol surge como forma de escape para essas “emoções reprimidas” nas sociedades modernas onde só podem ser extravasadas em um ambiente controlado, como os estádios de futebol. Os autores discutem as causas sociológicas da violência associada a eventos esportivos, especialmente o hooliganismo, na busca para compreendermos as interdependências entre esses grupos de torcedores organizados e os conflitos sociais.

Agora pensaremos na gestão do futebol mais especificamente, ao passo que esta é atrelada invariavelmente a uma forma de compreender e desenvolver o esporte como um todo, sendo indiscutível o lado econômico e social do esporte, o modo como os clubes são geridos tem impacto direto na vida de milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Da mesma forma, é a partir dessa organização estrutural que demais aspectos de um clube se consolidam, como para qual público determinada instituição e clube são construídos e com qual finalidade determinadas ações são tomadas, por exemplo como será a política de preços aplicada aos ingressos ou plano de sócio-torcedor, isso demonstra a preocupação com a inclusão de todas as camadas da sociedade no projeto do clube, ou mesmo a exclusão também pode ser uma opção tomada de forma consciente.

A transição de uma prática amadora para um modelo profissionalizado moldou a forma como o esporte impacta as cidades, as identidades culturais e a economia. O modelo amador permitia que clubes funcionassem como símbolos de bairros e comunidades, aprofundando laços identitários com as populações locais. Até mesmo a profissionalização do esporte, ou no caso, a permanência das relações amadorismo no futebol, estavam ligadas a motivos econômicos e políticos. Esse avanço do profissionalismo foi de certa forma inibido por uma enorme popularidade atingida pelo futebol que acabou por resguardar décadas de modelos amadores de gestão, para explicar melhor esse fenômeno, segundo Almeida (et. al, 2013, p.16):

O amadorismo oferecia gratificações aos jogadores de origem operária. Os atletas que se sobressaíam, recebiam privilégios e por isso, passavam a se dedicar mais ao clube do que propriamente à empresa da qual eram contratados. Quando eram realizados amistosos e campeonatos, os clubes de elite costumavam cobrar elevados valores pelos ingressos e mensalidades de seus sócios, enquanto que os clubes populares preocupavam-se em oferecer condições mais acessíveis para seus associados nos torneios e confrontos que organizavam.

Em uma movimentação política buscando se utilizar do futebol como catalisador social e aproximação das massas, tanto com a construção de equipamentos, como foi o caso do Pacaembu em 1938, tendo sido esse o início de uma mentalidade que segue até os anos de ditadura militar com o investimento pesado do governo em estádios superdimensionados pelo Brasil, quanto na criação de confederações de diferentes modalidades esportivas, foi no governo de Getúlio Vargas em 1933 que se reconheceu a profissão de jogador oficialmente

regulamentada pelas leis trabalhistas. A respeito do uso do esporte como ferramenta de controle social, discorre Kupper:

Ao procurar construir a imagem de uma nação consentânea, o Estado Novo procurou mascarar os conflitos sociais existentes entre os diferentes segmentos sociais do país. Ou seja, para o regime, a desordem, o individualismo e a indisciplina deveriam ser superados pela sociedade brasileira em prol dos interesses e dos ideais da nação. O futebol, enquanto exemplo, serviria ao propósito. (Kupper, 2022, p. 174).

Nesse sentido, Mascarenhas (2007) traz a ideia de que o futebol não se desenvolve igualmente em todas as localidades de maneira isonômica, , mas sim apresentando e destacando diferenças regionais, econômicas e culturais, da mesma forma que o esporte é capaz de ser reflexo das desigualdades dentro da sociedade, ao mesmo passo se tornou um produto altamente lucrativo. O autor discute como o futebol é capaz de produzir localidades profundamente distintas entre si, como são os campos de várzea e as grandes arenas, trazendo experiências topofílicas⁷ totalmente diferenciadas onde espaços podem estar reproduzindo dinâmicas de pobreza e riqueza, opulência ou resistência e violência. A respeito da relação entre a massificação e a profissionalização do esporte, para Mascarenhas:

Esse circuito popular do futebol, que invade as ruas e os bairros periféricos, vai gerando talentos individuais que despertam crescente interesse nos clubes da liga principal, na medida em que vão surgindo os “torcedores anônimos”, aqueles que anseiam por vitórias do clube, não lhes importando se o time é formado por jovens aristocráticos ou trabalhadores. A pressão do torcedor, reflexo da mudança da lógica da distinção social para a da competição esportiva, conduz paulatinamente ao fim do amadorismo no futebol. E, com ele, o decisivo advento do profissionalismo. Um marco fundamental na história social do esporte mais popular do mundo, que o consolidou como lucrativo espetáculo de massas, constituinte da imensa engrenagem do entretenimento urbano, gerando estádios cada vez maiores.” (Mascarenhas, 2007, p.61).

⁷ Segundo Mascarenhas (2007, p.62), ”O geógrafo John Bale (1994) aplicou princípios da topofilia para estudar a experiência humana no interior de grandes estádios e demais equipamentos esportivos. Acompanhar um evento esportivo dentro de um estádio lotado e vibrante em seus cânticos de incentivo ou desafio pode ser uma vivência única. Os estádios são assim portadores de memória e importantes conotações simbólicas”. Destacando assim a importância dos estádios para os indivíduos e multidões, mas também para o espaço geográfico.

Podemos discutir se ainda hoje são sustentados modelos semelhantes de “anti-profissionalismo” em diversos clubes e federações, uma estrutura de utilização econômica e política utilizada por uma classe dominante e privilegiada, que são os empresários e os “cartolas”, como são chamados os dirigentes do futebol brasileiro, se utilizando do futebol em benefício próprio como forma de lucro ou de poder. O BSFC (Bom Senso Futebol Clube)⁸ um grupo de jogadores em atividade que buscavam melhores condições para o desenvolvimento do futebol, atuando de 2013 a 2016 em alguns anos foi capaz de articular a “classe esportiva” em discussões a respeito de questões trabalhistas onde buscavam alternativas para o saturado calendário de 2014 com a Copa do Mundo que seria realizada no Brasil e paralisaria os campeonatos e acarretaria na consequente diminuição das férias dos jogadores das principais divisões, fato esse que foi capaz de mobilizar os jogadores num momento de ebulação política no país com uma série de protestos que tomou as ruas entre 2013 e 2014. Uma das críticas feitas pelo BSFC era a estrutura de desvios e mal uso do dinheiro das federações estaduais que sustentam a CBF. Alguns presidentes de federações como José Gama Xaud (Federação Roraimense) e Antonio Aquino (Federação Acreana) ocupam seus respectivos cargos a mais de quarenta anos, demonstrando a falta de alternância de poder em postos desse tipo no futebol brasileiro, refletindo assim em problemas de gestão, inovação, governança e consequentemente até mesmo o desempenho dos times de futebol desses estados, onde uma estrutura arcaica de trabalho está mais preocupada em fazer os poderosos serem mais poderosos, ao passo que pouco se investe no desenvolvimento do futebol e na formação de atletas.

A transformação de determinado clube em empresa não significa, obrigatoriamente, alguma modernização nos processos ou salvação financeira do clube, algo que teoricamente seria o básico para justificar a implementação de tal mudança, contudo, a adoção de métodos empresariais não é garantia para que algum clube se desenvolva melhor do que uma associação. Clubes brasileiros como SEP e CRF não são clubes-empresa, mas cumprem determinadas funções como se o fossem. Utilizando como exemplo o futebol espanhol que teve as SAF's (conhecidas no país europeu como SADs - *Sociedad Anónima Desportiva*) aprovadas em 1990 e implementadas em 1994, os grandes maiores times do país em arrecadação e torcida são associações civis, como Real Madrid e Barcelona, tais clubes não

⁸ Em 2013 um grupo de jogadores da elite do futebol brasileiro, na época já batizado como BSFC, articulou centenas de atletas para levarem suas demandas aos dirigentes do futebol nacional, os cinco pontos principais articulados à época foram: calendário do futebol brasileiro, férias dos atletas, período adequado de pré-temporada, fair-play financeiro (dívidas de clubes com atletas) e participação nos conselhos técnicos das entidades que regem o futebol. Fonte: [Bom Senso FC pega 300 assinaturas de atletas e pede reunião com CBF | globoesporte.com](http://Bom%20Senso%20FC%20pega%20300%20assinaturas%20de%20atletas%20e%20pede%20reunião%20com%20CBF%20|%20globoesporte.com) < Acesso : 21/07/2024 >.

possuem a menor intenção de modificarem seus modelos, e mesmo assim seguem se mantendo competitivos no mercado, nas competições esportivas e captação de jogadores e consumidores a nível mundial.

Na discussão a respeito do desenvolvimento capitalista dentro da cidade, Mascarenhas (2014, p.55-56) aborda a ligação entre os megaeventos esportivos e as práticas de gestão urbanas que abandonaram o caráter “modernista-funcionalista” ou “físico-territorial” dos anos 1970 para abraçar “um planejamento estratégico” que visa o desenvolvimento de grandes projetos estruturantes do planejamento, onde aponta: “a gestão urbana empreendedorista pressupõe não apenas a presença de um governo local, mas uma coalizão de forças denominada de governança urbana, que tem como premissa a atuação conjunta do governo local, da iniciativa privada e da sociedade civil.” Nesse sentido, o modo capitalista vai buscando novos mercados, com aumento da capitalização sobre o futebol nos anos 1980 e posterior pressão para a implantação de modelos empresariais na gestão esportiva nos anos 1990, a cultura de modo geral se torna um novo pólo de interesse na promoção dos grandes eventos e utilização da cidade como forma de reprodução de capital.

2.2 - Gestão esportiva e gestão pública: clube-empresa, SAF ou companhia limitada

Ao discutirmos o modo de vida urbano na modernidade é indissociável refletirmos como o uso do tempo impacta individualmente as populações. Bem como a dimensão psicossocial do relógio na experiência coletiva vivida, ou seja, a gestão do próprio tempo de vida na cidade capitalista associado a produtividade, traduzido na clássica frase “tempo é dinheiro”, transforma assim a própria vida humana em uma mercadoria. Antes as sociedades agrárias estavam fortemente ligadas ao tempo da natureza e sua forma cíclica, segundo Rocha e Mota (2011, p.153) “a lógica da acumulação não fazia parte da sociedade e, portanto, a natureza, ainda que inconscientemente, era tratada com mais respeito”. Com o passar dos séculos, mas ainda no período pré-industrial, eram os sinos das igrejas que faziam a marcação do tempo por conta do poder econômico e grande influência social que a Igreja Católica havia conquistado, numa lógica fortemente ligada aos ciclos e ritmo naturais, da mesma forma que as atividades e celebrações religiosas eram ligadas em alguma medida as diferentes estações da natureza. Como discutido por Claval (2013), ao pensar a respeito da temporalidade das festividades religiosas, que seriam como forma de fuga do cotidiano, uma subversão da ordem social e também a modificação das ruas por algum período de tempo com decorações, cantos e até onde a imaginação humana alcançar, demonstrando o poder

espaço-temporal dessas manifestações. Tratando a respeito das festas religiosas, mas muito bem poderia ser a respeito de uma partida de futebol, diz Claval (*ibidem*, p.9):

Explosão de espontaneidade, parêntese de liberdade, momento de realização dos sonhos e do impossível, a festa aparece como todo isso; mas ela só aparece como tal porque ela foi preparada – muitas vezes longamente -, porque ela unicamente quebra com as regras da vida quotidiana para inscrever se em outras, tão convencionais: ela faz parte da vida social mais que a subverte.

Na modernidade são os relógios já em propriedade dos Estados que realizam a medição oficial do tempo, trazendo assim o tempo da administração pública. Os relógios que antes eram de areia ou pela movimentação do Sol foram se transformando em aparelhos digitais ou mesmo atômicos para a contagem ser precisa na unidade mínima possível. Dessa forma, o uso e controle do tempo passa a ser essencial para o funcionamento do capitalismo e das cidades que seguem aumentando suas extensões. Com a produção industrial, o tempo social passa a ser controlado pelas fábricas, desde a energia elétrica utilizada nas primeiras lâmpadas das linhas de produção fabril até os microeletrônicos de última geração, o tempo do trabalho tem sido aquele que conduz a humanidade ditando dias e noites de trabalho e retirando qualquer chance de um cidadão espoliado ter seu momento de ócio ou realização de alguma outra atividade que não seja com fim no ganho financeiro. O plantio e colheita do milho ou algodão por um trabalhador do campo poderia ser mensurado, assim como um artesão conseguiria calcular seu tempo gasto de trabalho na confecção de sapatos. Agora, o trabalhador já não consegue calcular o fruto de seu próprio trabalho, fato esse proveniente da desconexão que acontece dentro processo produtivo das mercadorias na indústria, associado também à forma de vida nas cidades modernas e no sistema capitalista. Temos a aceleração do tempo social como a aceleração da acumulação capitalista de recursos.

O conceito marxista de mais-valia como ponto nevrálgico da discussão, posto que, além de não ser mais senhor de seu tempo, o homem ainda tem seu tempo subtraído até mesmo sem que ele perceba. Se partirmos de uma discussão a respeito do sistema econômico capitalista propriamente dito, podemos dizer que o Brasil, ainda com outro nome e uma configuração territorial bastante da atual, foi inserido no mercantilismo não por si mesmo como vontade de seus próprios habitantes, mas sim por interesses ligados à expansão colonial de Portugal e a busca por novos mercados e também a conversão de novos fiéis para a Igreja Católica. Obviamente o interesse desses atores hegemônicos foram sendo modificados com o

avanço dos séculos, assim como o capitalismo e o sistema econômico mundial se transformaram, principalmente após a Revolução Industrial e duas Guerras Mundiais. Contudo, preservaram suas características primordiais de acumulação, expropriação e aumento de lucro. A acumulação não se realiza mais através da atividade industrial ou agrícola que são diretamente produtivas, mas sim realizada com a subordinação dessas atividades frente aos instrumentos financeiros, de alguma forma, como o futebol e os clubes também se submeteram a financeirização na contemporaneidade. É nesse ponto em que discutimos a criação das SAF's no futebol brasileiro.

Quando pensamos no clube-empresa propriamente dito como conceito, ele é concebido e organizado por uma empresa ou grupo de empresários. Segundo a legislação brasileira e com base na lei em vigor nº 14.193/2021, após um clube-empresa ser constituído, obrigatoriamente precisa se tornar SAF, sendo uma empresa de capital aberto ou transformar-se em uma empresa limitada, seja ela uma propriedade autônoma ou pertencente a algum grupo empresarial. O modelo de clube empresa por definição se opõe ao modelo associativo, pois primordialmente preza pelo lucro, diferentemente das associações e sociedades civis que são sem fins lucrativos. Apesar do modelo associativo e sem fins lucrativos estar desde os primórdios do futebol brasileiro imperando como prática hegemônica da gestão esportiva amadora e profissional no país, não podemos nos apoiar no senso comum de que o modelo empresarial não tem espaço no Brasil, posto que podemos observar diversos casos com êxito ou fracasso de clube empresas no país, todavia, essa concepção que não preconizava o lucro vem gradativamente perdendo espaço frente à gestão empresarial. Assim como no próprio planejamento e modelo de gestão das cidades, a introdução das relações capitalistas se estende também para o mundo do futebol num contexto econômico mundial de valorização do liberalismo econômico esse modelo empresarial vai tomando conta do desenvolvimento do próprio tecido urbano, dessa forma modificando as relações ali existentes.

É importante ressaltar que nem sempre a mudança de gestão passa por uma definição de capital aberto na bolsa ou venda de outros bens, ao menos é o que demonstram os times mais ricos do país que apresentam certa resistência com a venda de seus departamentos de futebol, no limite, podemos dizer que a mudança de gestão e a própria territorialização do capital são emulados no cumprimento de diferentes e determinadas funções sejam econômicas ou territoriais.

Podemos dizer que o futebol também passou por uma mercantilização no decorrer de sua história, no momento que se transformou de prática cultural em negócio as próprias

práticas e entidades futebolísticas no Brasil incorporaram a lógica e os métodos empresariais. Seguindo esse raciocínio, podemos também observar a financeirização do futebol brasileiro assim como do capital e das economias nacionais. Os patrocínios de casas de apostas esportivas e empresas de crédito dominaram as ligas nacionais e aproximou times e empresas através da injeção de milhões de euros, dólares e reais investidos nas últimas décadas, assim como diversos clubes brasileiros começaram a vender suas ações na bolsa de valores. O conflito de interesses gerado com essas práticas não faz questionar as autoridades e entidades do futebol, justamente por torcida e dirigentes muitas vezes não serem de classes semelhantes da mesma forma que não possuem interesses em comum dentro desse processo.

Em “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Lenin (2021) demonstra como o sistema econômico hegemônico no qual estamos submetidos apresenta tendência para a concentração de riquezas, que em última instância constituem os monopólios. Nesse contexto, grupos financeiros atuantes nas principais ligas de futebol no mundo (ou as que movimentam mais capital) tem expandido seus domínios para além do território regional ou nacional chegando até o nível internacional, onde o capitalismo supera economicamente e espacialmente a barreira dos estados nacionais. Os órgãos reguladores do sistema capitalista como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial possuem influência global nas economias. Podemos notar um papel preponderante dos bancos nessa pirâmide econômica, ao passo que essa concentração de riquezas é também constantemente um indicador para concentração de poder, justamente pelo fato do capital financeiro ser capaz de subjugar os outros atores econômicos e até mesmo políticos. Lenin entendia que a cartelização seria como base dessa economia capitalista e os diversos acordos de fixação de prazos e preços não colocariam as economias nacionais numa condição de “livre-mercado”, assim defendida pelos economistas liberais, mas na verdade o oposto disso com uma brutal concentração de riqueza e capital. Atualmente esses são fatores atrelados principalmente ao capital financeiro, que encontrou dentro da própria (re)produção da cidade como uma forma de se perpetrar, fazendo com que a urbanização seja um processo intrinsecamente ligado à lógica de circulação e acumulação capitalista, como a cidade em si estando sujeita aos processos que se desenvolvem na realidade e sendo transformada por essas forças externas.

O investimento estrangeiro chega até o futebol brasileiro por meio da construção de estádios, centros de treinamento e parcerias publicitárias, seja pelo meio físico ao estampar camisas e placas ou de maneira virtual com parcerias de marketing e publicidade, que estão atreladas a novas formas de consumo e inauguram um lucrativo mercado criado sobre o mundo da internet. Da mesma maneira que as empresas transnacionais, os clubes acabam por

se tornar produtos internacionais de consumo e moldam o futebol à sua própria maneira, padronizando e homogeneizando os clubes e campeonato. Como por exemplo a realização de finais de campeonatos como Copa Libertadores da América e a Copa Sulamericana em um jogo único, uma prática que foi importada da Europa recentemente e restringe a participação dos torcedores mais pobres em momentos de decisão do time, posto que os deslocamentos internacionais entre países da América do Sul pode ser altamente custoso. A FIFA serve como o grande agente internacional de fiscalização em favor desse controle, e em certa medida os clubes-empresa servem como meio de realização dessa mudança de função que o esporte sofre.

Traçando essas ideias até o esporte mundial atual podemos observar situações em que os proprietários de times de futebol são grupos empresariais e até mesmo países que controlam times em mais de uma nação, assim estendendo seus poderes financeiros e políticos. Numa discussão a respeito dos países ou regimes que se utilizam do futebol como forma de autopromoção⁹, como foi supracitado no período de Getúlio Vargas, outros regimes fazem o uso do esporte como forma de investimento econômico, controle social e promoção da própria imagem. O “Grupo City” que é proprietário de times como Manchester City na Inglaterra, Esporte Clube Bahia - Brasil, City Torque - Uruguai, Auckland City - Austrália, ao todo quatorze times espalhados pelo mundo são propriedade de um conglomerado ligado aos Emirados Árabes Unidos, chamado Abu Dhabi Group. Um outro fundo de investimentos ligado a monarquia da Arábia Saudita é acionista majoritário do Newcastle, tradicional clube inglês e também dono dos quatro maiores times na primeira divisão da Liga Saudita: Al-Ahly, Al-Hilal, Al-Ittihad e Al-Nassr, demonstrando assim grande interesse financeiro mas ainda mais político da apropriação do futebol. Dentro do Brasil temos casos de destaque como o do Botafogo de Futebol e Regatas que teve 90% de sua SAF arrematada por um influente empresário do ramo de entretenimento com investimentos em diferentes países e setores da indústria de multimídia, outros times entre os principais do país que também se tornaram SAF estão Clube Atlético Mineiro, Cruzeiro Esporte Clube, Club de Regatas Vasco da Gama e Red Bull Bragantino (ex-Clube Atlético Bragantino quando em 2019 foi comprado pela multinacional austríaca, uma fabricante de bebidas energéticas conseguiu se

⁹ Segundo Almeida e Pereira (Ousadia e alegria: sportswashing e soft power do Catar através do futebol. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 42, 2022, p.2): “Uma atividade com esse volume de circulação de capital por todo o planeta torna-se um fator de atração a empresas e agentes de outros setores econômicos com diferentes interesses, inclusive o sportswashing. Esse termo anglicizado surgiu a partir de reflexões dos meios de comunicação na década anterior e aborda a prática de uso do esporte para limpeza da imagem de um país de modo a sediar um megaevento, comprar clubes de futebol ou jogadores com alguma intencionalidade geopolítica (SKEY, 2022). Em uma rápida pesquisa é notável como a prática de sportswashing tem se tornado recorrente em países do Oriente Médio.”

inserir no mercado do entretenimento e cultura, se tornando uma das grandes empresas investidoras em eventos e equipes de diferentes modalidades esportivas pelo mundo).

Na busca por mais trocas econômicas assim como o consequente aumento de poder, podemos discutir os efeitos da concentração de capital realizada pelos conglomerados em níveis distintos da sociedade. Como por exemplo a perda de espaço dos times tradicionais com menos investimento, assim como os campos de várzea que vão sendo urbanizados e o esporte como prática social lúdica vai se tornando uma atividade econômica com aumento de restrições aos menos favorecidos. Da mesma forma temos as dinâmicas de prioridade que os grandes centros urbanos recebem com os investimentos altamente concentrados no espaço, da mesma forma esses espaços também são diferenciados dentro de si mesmos com a reprodução das desigualdades sociais na cidade capitalista. Smith (1988, p.208) discute que que a especialização das economias em determinadas regiões está ligado a centralização dos recursos e a rede de transportes que de desenvolve, assim como as economias locais estão ligadas economias nacionais e internacionais pelas novas configurações espaciais, dessa forma “o resultado é um deslocamento e uma realocação dos locais de produção e dos mercados” pelo fato do capital buscar localidades onde as taxas de lucro serão maiores.

Podemos jogar luz sobre casos de agremiações que mudam de cidade na busca por “novos mercados” ou localidades que seus dirigentes considerem economicamente mais vantajosa. Sendo essa uma prática aplicada historicamente em franquias da *NBA*, a liga de basquete americana, onde antes dos anos 1990 vários times expressivos como o *Lakers*, o *Nets* e o *Jazz*, já haviam trocado de cidade-sede pelo menos uma vez desde a fundação da instituição na busca por melhores resultados econômicos e esportivos. No futebol brasileiro recente temos o exemplo do Oeste FC que chegou a disputar a elite do campeonato paulista e a segunda divisão nacional, possuía a cidade de Itápolis como sede desde sua fundação em 1921, depois de um desacordo com o poder público da cidade interiorana, o clube mudou-se para a cidade de Barueri na Região Metropolitana de São Paulo em 2017, sem nunca mais ter repetido as campanhas de sucesso antes da transferência. Outros casos de times deslocados que não obtiveram melhores resultados, podemos apontar o Grêmio Barueri Futebol Ltda, que se tornaria Gremio Prudente e o Guaratinguetá Futebol Ltda, que se mudou para a cidade paulista de Americana, ambos nunca repetiram seus melhores resultados nas competições. É importante pensarmos como a liga de basquete americana tem de ser gerida de maneira diferente se compararmos ao futebol brasileiro.

Atualmente, mas seguindo essa lógica de acumulação e lucro, em relação aos grandes clubes de futebol podemos observar a diversificação das atividades para além da prática

esportiva propriamente dita, se atendo dessa forma a atividades como promoção de eventos e festivais. Por exemplo, o Allianz Parque recebe eventos desde festas de aniversário e confraternizações de empresas até shows para mais de 50.000 pessoas¹⁰. Os eventos de menor porte não alteram a dinâmica de funcionamento geral da região, mas os grandes eventos impedem a prática do futebol no estádio em dias de montagem e desmontagem das estruturas para as apresentações, como geram ruído nas imediações seja sonoro¹¹ ou no trânsito. No Allianz Parque existem serviços como restaurantes, bares, barbearia, escritório de *coworking*, entre outros. A construção e manutenção de grandes estruturas também passa a ser do escopo dos principais times, como SEP e CRF possuem centros de treinamento e recuperação física de atletas que custaram milhões de reais para construção e manutenção dessas instalações, clubes-empresa como Red Bull Bragantino também possuem estruturas de alto investimento concentrado no espaço. Além dos estádios e sedes sociais que já eram comuns ao futebol mas vão sendo modernizados, também estão no novo portfólio dos times diferentes segmentos para além da prática do futebol. O investimento em museus e salas de troféu abertas ao público que pague pelos ingressos, por exemplo, mas também em outros serviços como a comercialização de pacotes turísticos ou até na venda de conta digital¹² e criptomoedas.

Inaugurando uma das primeiras formas de mercantilização das práticas dos times com sua própria torcida, o Aston Villa da Inglaterra foi o primeiro clube que utilizou-se da venda de ingressos como ferramenta para captação de recursos ainda nos anos 1870, por conta da popularidade que esporte havia conquistado tanto na elite como também nas camadas populares, o uso da bilheteria foi um método que cresceu enormemente nas décadas posteriores. Utilizando como exemplo brasileiro e recente desse fenômeno utilizamos a partida final do Campeonato Paulista disputada em 2008¹³ no antigo Palestra Itália como ponto de comparação que teve os ingressos de arquibancada mais baratos comercializados

¹⁰ Segundo dados publicados pela Revista Trivela e pelo portal Lance!: Entre os anos de 2016 até maio de 2024 a SEP jogou fora do Allianz Parque em 38 partidas por realização de shows no gramado. Fonte: [Por quantos jogos mais o Palmeiras pode ficar sem o Allianz Parque em 2024? / Em meio a tensão nos bastidores, saiba quantos jogos o Palmeiras deve deixar de atuar no Allianz Parque](#) <Acesso em: 22/08/2024>.

¹¹ A SEP enfrenta problemas recorrentes com a Lei nº 13.725/2004, conhecida como Psiu (Programa Silêncio Urbano), que busca regular a poluição sonora em lugares comerciais da capital de São Paulo. Em 2022 o estádio chegou a sofrer um fechamento administrativo por parte da Prefeitura, mas as atividades seguiram normalmente por uma liminar pedida pela gestora do estádio. Fonte: [Prefeitura fecha Allianz, mas Justiça libera jogos provisoriamente](#) <Acesso em: 22/08/2024>

¹² Recentemente, a SEP lançou um serviço chamado “*Palmeiras Pay*” em parceria com a Pefisa (*fintech* e braço financeiro do grupo Pernambucanas), a Elo e a Allianz Seguros. Uma conta digital gratuita que pode ser utilizada por meio de cartão de crédito e débito. Fonte: [Palmeiras Pay: clube lança conta digital gratuita e com benefícios para os torcedores – Palmeiras](#). <Acesso em: 13/06/2024>.

¹³ Segundo matéria publicada pela Folha, os ingressos mais baratos no antigo Palestra antes da final do Campeonato Paulista de 2008 custariam R\$20, depois desse dia passaram a ser R\$40, preço que passou a ser recorrente e se tornou motivo de desavenças políticas entre dirigentes e torcida. Fonte: [Folha de S.Paulo - Preço de ingresso racha cartolagem do Palmeiras - 17/05/2008](#) <Acesso em: 17/10/2024>.

por R\$40 (ao passo que setores mais caros poderiam variar de R\$100 a R\$120), pela correção atual da inflação seriam R\$99 ou aproximadamente 11% do salário mínimo. Os ingressos vendidos para a final do mesmo campeonato em 2024¹⁴ variam de R\$240 a R\$500, chegando em pelo menos 17% do salário mínimo atual, caracterizando um aumento substancial dos valores e consequente seleção por segregação social do público nas partidas. Usando as receitas do Palmeiras como ponto de comparação, em 2007 foram pouco mais de R\$86 milhões arrecadados, frente aos R\$839 milhões em 2023¹⁵. Podemos pensar na arenização do Palestra Itália como ponto de inflexão nessa lógica de valorização do preço dos ingressos. O futebol inglês de maneira geral historicamente, exerce de alguma forma domínio econômico sobre países “periféricos” do futebol europeu como por exemplo sobre as ligas de Portugal e Holanda, tendo maior poderio financeiro na contratação de jogadores e captação de novos talentos, da mesma forma que esses dois países “periféricos” exercem domínio financeiro semelhante sobre campeonato brasileiro ou argentino, onde o real e peso são mais desvalorizados perante o euro. A compra e venda de jogadores, nesse contexto, também se torna uma importante fonte de renda aos times que buscam melhorias em suas estruturas e captação de recursos, assim como fonte de lucro aos empresários e grupos empresariais presentes no futebol. Ainda nesse tema, mas em uma época em que as rendas de bilheteria eram cruciais para os clubes, uma das principais reformas que o estádio da SEP passou foram nos anos 1960 com parte considerável dos recursos proveniente da venda de um único jogador conhecido como Chinesinho para Modena da Itália, que rendeu muito dinheiro ao clube. Segundo Oliveira e Galuppo (2016), foi possível construir o que ficou conhecido como o “jardim suspenso” onde elevou-se o gramado do estádio em 3 metros em relação ao nível da rua, numa região da cidade que é historicamente um ponto de alagamentos por conta da várzea do Rio Tietê próxima ao estádio.

Observando o caso da SEP como um dos exemplos de “sucesso” financeiro e esportivo no que diz respeito a aliança entre clube e empresa. A tal ponto que ambas podem até mesmo parecer indivisíveis dentro dos seus orçamentos e estruturas. Contudo, essa “boa relação” com o capital não é sinônimo de paz entre as partes, inclusive em alguns momentos sendo o oposto disso. O Allianz Parque tem sido fator central em uma modificação de seus arredores desde sua inauguração, seja mobilizando multidões de torcedores nos jogos e fãs nos shows ou pelo poder de transformação da paisagem pelo mercado imobiliário, além de

¹⁴ Segundo matéria publicada pelo Globo Esporte. Fonte: [Palmeiras divulga valores dos ingressos para a final do Paulistão; veja como comprar | palmeiras | ge](https://www.globoesporte.com.br/noticia/palmeiras-divulga-valores-dos-ingressos-para-a-final-do-paulistao-veja-como-comprar-palmeiras-ge/) <Acesso em: 19/10/2024>.

¹⁵ Fonte: [Balancetes e Demonstrativos Financeiros – Palmeiras](https://www.palmeiras.com.br/balancetes-e-demonstrativos-financeiros-palmeiras/) <Acesso em: 19/10/2024>.

ser uma fonte de renda relevante para SEP e WTorre (construtora e gestora da arena). No que tange a relação entre clube e gestora do estádio imperou uma batalha judicial no que diz respeito à divisão da comercialização de cadeiras além de outras utilizações, despesas e pagamentos, ou seja sobre o lucro a ser dividido entre os envolvidos nos negócios. O desacerto se arrasta até mesmo desde o começo das atividades na nova arena, chegando até na esfera criminal em dado momento com as trocas de acusações entre as partes, mas em 2024 chegaram em um acordo para que sejam quitadas as pendências reivindicadas em juízo.¹⁶

A respeito da arquitetura empregada nos projetos das arenas espalhados pelos cinco continentes (Figura 10) como os estádios projetados para a Copa de 2010 na África do Sul, assim como as arenas dos grandes clubes europeus, seja nos Estados Unidos, na Alemanha, no Brasil ou em qualquer outro país, assim como foram os estádios para a Copa no Brasil em 2014, para a Copa na Rússia em 2018 e para Copa no Qatar em 2022 e serão igualmente projetados para as próximas edições de Copa do Mundo, Olimpíadas ou qualquer outro tipo de grande evento. Podemos citar pequenas diferenças no que tange uso e design entre todas essas arenas, contudo, são empregados aspectos arquitetônicos muito similares entre si do ponto de vista da experiência do torcedor para normatização do espaço e de comportamentos. Os estádios de futebol, como foram o Pacaembu e o Maracanã, antes eram espaços com foco central na festividade e convivência entre os “diferentes” na arquibancada, na era da financeirização da vida são transformados em espaços com foco central no consumo. Interessante pensarmos na discussão que levanta Baumann¹⁷ a respeito da vida atualmente, onde as relações estão cada vez mais voláteis, como nas bolsas de valor. Seguindo as ideias do autor, podemos então fazer um paralelo das novas arenas com os *shoppings centers*, centros de consumo numa modernidade que faz do homem aquilo o que ele pode comprar e consumir.

¹⁶ Foi no começo de 2024 que a relação entre Palmeiras e Wtorre começou a melhorar depois de uma década de desacertos, o valor cobrado na justiça ultrapassa os R\$100 milhões, referente a locação da arena para eventos, assim como as receitas sobre as lojas, lanchonetes, estacionamento, locação de cadeiras, cadeiras cativas, camarotes, assim como a respeito do programa de sócio-torcedor e venda de naming rights. Se algum dia foi “apenas futebol”, hoje gira o esporte gira em torno de uma infinidade de negócios e cláusulas. Fonte: [Palmeiras recebe R\\$ 50 milhões da WTorre e finaliza longa briga jurídica pelo Allianz Parque | palmeiras | ge](https://www.palmeiras.com.br/palmeiras-recebe-r-50-milhoes-da-wtorre-e-finaliza-longa-briga-juridica-pelo-allianz-parque/). < Acesso em: 27/12/2024 >.

¹⁷ Ver em: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



(Figura 10- Área interna do Allianz Parque, julho de 2020. Os antigos estádios possuíam estética muito particulares entre cada um, já as novas arenas possuem projetos muito semelhantes seguindo uma determinada cartilha de padronização. Fonte: Divulgação Allianz Parque. <Acesso em: 18/11/2024>)

Podemos observar a busca pelo lucro que vai permeando todas instâncias do futebol, onde a visão que dita o esporte é com base nos números de balanços financeiros visando o máximo de lucro, onde muitos interesses econômicos e políticos se entremeiam. Observamos dessa forma, a supressão da venda de ingressos a preço acessíveis ao trabalhador em todas essas arenas, bem como o fim dos setores populares nos estádios que foram sendo modernizados no Brasil. A experiência se torna empobrecida do aspecto da festividade, na medida em que os dirigentes esportivos preocupam-se mais com as transmissões pela televisão e internet ou com os contratos de publicidade e onde mais for possível estampar alguma marca patrocinadora, ao passo que, se amplia o controle e a segregação social numa troca da liberdade pela vigilância para atender os interesses estritamente econômicos que são colocados à frente dos próprios torcedores, os grandes responsáveis pelo “sucesso” de algum clube.

CAPÍTULO 3 – As formas territoriais do clube empresa no Brasil: o caso Palmeiras/Barra Funda

Capítulo 3.1 - Histórico do clube-empresa no país

O advento do clube-empresa é oficializado em território brasileiro nos anos 90 como uma outra forma de captação de recurso pelos times de futebol, da mesma forma servindo também como um meio para o empresariamento urbano (alguns casos com maior clareza do que em outros). Segundo Ferreira e Campos (2021, p.263), quando discutimos a emergência desse modelo estamos também discutindo a respeito do próprio sistema econômico:

Com a inserção dessa nova lógica financeira mundial, os clubes vão mudando suas características a partir do momento em que passam a estabelecer relações regionais, nacionais ou, até mesmo, internacionais. Para Giulianotti e Robertson (2009), esse processo é explicado pela “glocalização” cultural, ou seja, alguns clubes, objetivando o reconhecimento além do local, estabelecem relações globais. Entretanto, entende-se que esse processo se perfaz a partir da inserção de verticalidades (SANTOS, M., 2017) nas agremiações futebolísticas, configurando, frequentemente, uma supressão das raízes locais. Esse aspecto sinaliza a complexidade das razões que justificaram a percepção desse fenômeno.

Ligado diretamente a lógica de financeirização da economia mundial e privatização dos recursos e espaços, o primeiro clube do Brasil a seguir esse caminho foi o União São João Esporte Clube (Araras - SP) fundado por um usineiro da cidade em 1981 como uma associação sem fins lucrativos e vendido para empresários do ramo da construção civil alguns anos depois, sendo refundado em 1994 com o nome de São João/SA. O clube viveu anos de glória ao disputar a elite do campeonato estadual e nacional até o começo dos anos 2000, quando por problemas financeiros e após alguns rebaixamentos paralisou suas atividades ficando em inércia até 2022, ano em que o poder público municipal aliado a um grupo de empresários reativou o time e voltou a jogar alguma partida profissionalmente. É interessante pensarmos como os fenômenos são particulares a cada clube no tocante as suas motivações e resultados, da mesma forma são processos que não ocorrem de forma linear tanto no tempo quanto no espaço.

Nesse sentido contraditório e complementar é como se desenvolve a forma da acumulação capitalista, que é o motor das crises cíclicas do capitalismo e por sua vez,

inerentes ao propósito de reprodução irracional da elite econômica onde se acumula o capital ao máximo e não o distribui da forma necessária para a sobrevivência sadia de todos seres humanos. O “desenvolvimento” não chega para todas as sociedades de maneira isonômica. Usaremos aqui um momento histórico que ficou conhecido como "quebra da Bolsa" de Nova York em 1929, quando a especulação teria desvalorizado os títulos de ação na economia dos Estados Unidos, na verdade foi uma crise do próprio sistema de produção do capital e produção máxima de mercadorias onde os produtos são pouco utilizados ou até mesmo descartados em seguida após a troca financeira realizada, um modelo insustentável se encarado com racionalidade, logo nesse sentido, a “racionalidade” burguesa que controla o sistema capitalista é voltada a ampliação de mercados e consequentemente aumento de lucro, contudo, em boa parte das vezes essa ampliação não representa melhoria na vida do povo, sendo justamente ao contrário disso.

A compra e venda de determinado time não é necessariamente pretendido por sua própria torcida, mas sim algo idealizado por um grupo de investidores ou alguma figura abastada, estando ligado a lógica da financeirização do esporte e muitas das vezes a busca pelo lucro acima de qualquer esfera esportiva. Existem movimentos na política importantes em favor deste modelo empresarial, primeiramente com a Lei n.º 8.672/1993 conhecida popularmente como Lei Zico, indicava a transformação dos clubes associativos em clube empresa dando prioridade aos investimentos do setor privado e diminuindo a influência estatal, colocando uma visão oposta da praticada até então. Posteriormente e no mesmo sentido a Lei n.º 9.615/ 1998, conhecida como Lei Geral do Desporto ou Lei Pelé, revoga o conjunto de normas anterior mas mantém suas diretrizes e a busca pela “profissionalização” do esporte no país, tendo a obrigatoriedade de que os clubes (a depender do porte) se transformassem em empresa, algo que foi julgado inconstitucional posteriormente, sua principal desembocadura não foi maior profissionalização ou captação de recurso pelos clubes, mas foi o fim do “passe”, um mecanismo jurídico que prendia os jogadores aos seus times além de seu contrato pois não se poderia exercer a profissão sem vínculo com algum clube, mas fato que consequentemente colocou os atletas na mão dos empresários.

Ainda nesse sentido, em 2019 começou a tramitar na câmara dos deputados o Projeto de Lei nº 5.516 conhecido como “Lei do Clube Empresa” que mais uma vez buscava estimular a transformação dos clubes associativos em empresas na busca por recursos de pessoas físicas, jurídicas e fundos de investimentos. Foi assim então que em 2021, na versão mais atualizada da legislação sobre o tema e com base no PL anterior, transformado e aprovado na Lei nº 14.193 regulamentou-se assim as SAFs no Brasil, para teoricamente

facilitar o acesso a recursos financeiros e consequentemente o pagamento das dívidas dos clubes através da emissão de títulos de dívida, mas servindo na verdade para enriquecer os empresários envolvidos nas transações do mercado da bola. A respeito dos empresários no futebol em 2023 obtiveram faturamento recorde com transações esportivas, segundo a FIFA, foram aproximadamente 500 milhões de dólares movimentados apenas pelos agentes intermediários.

De alguma forma podemos atribuir tal advento à função brasileira na estrutura do futebol globalizado que foi desenvolvida com passar do tempo na formação e revenda dos jovens talentos, em um movimento que tem início nos anos 80 e se torna mais evidente no século XXI. De alguma forma, praticamente todos grandes jogadores brasileiros acabam sendo vendidos para algum clube estrangeiro atualmente, fato esse que fora alargado após a aprovação da Lei Bosman, quando permitiram os jogadores em final de contrato serem transferidos para outro clube a custo zero em todo continente europeu após o fim do seu contrato e também extinguira o limite de jogadores estrangeiros para as equipes de futebol que integravam a UEFA. Dessa maneira, podemos observar a forma subalternizada do futebol sulamericano frente ao Velho Continente, é assim que os clubes brasileiros encontram uma maneira de se inserir no mercado internacional do futebol sendo revendedores de suas “jóias” formadas na base do clube e de outros atletas que apresentarem destaque rumo a alguma liga de maior apelo financeiro, seguindo a lógica de reprodução de capital.

Para entendermos a emergência dos clubes empresa no Brasil não podemos estar desprendidos da perspectiva territorial e a forma como o espaço urbano se desenvolve com o passar do tempo no sistema capitalista. Dessa forma, a expressão geográfica do futebol, assim como o desenrolar das relações de trabalho e propriedade são categorias elementares na discussão a respeito da sociedade e futebol modernos.

Ferreira e Campos (2021, p.260) colocam o fenômeno dos clubes empresa no Brasil como tema central da discussão, buscando compreender a faceta geográfica do fenômeno, bem como identificar a quantidade de times e práticas esportivas e econômicas desses clubes em território nacional. Segundo definição dos autores os clube empresa agem “como aquele ente de prática desportiva que adota um modelo de sociedade empresarial como tipologia jurídica (MOTTA, 2020, p.49).” Segundo o artigo, podemos entender esse modelo “profissional” como uma oposição ao modelo “amador/ sem fins lucrativos”, contudo é também um campo um pouco nebuloso. Muitos clubes profissionais estão inativos há vários anos, da mesma forma que a legislação brasileira não faz maiores diferenciações entre os modelos e a CBF não possui uma organização centralizada a respeito do tema, ficando a

cargo de cada uma das federações estaduais de futebol. Por esses motivos, foram contabilizados no estudo os clubes ativos e que participaram de competição “profissional” entre os anos de 2018 e 2021. É importante uma discussão conceitual a respeito da gestão propriamente dita para que compreendamos a dinâmica por trás dos processos no futebol. A respeito do futebol “sem fins lucrativos” das “associações”, segundo Ferreira e Campos (*ibidem*, p.264):

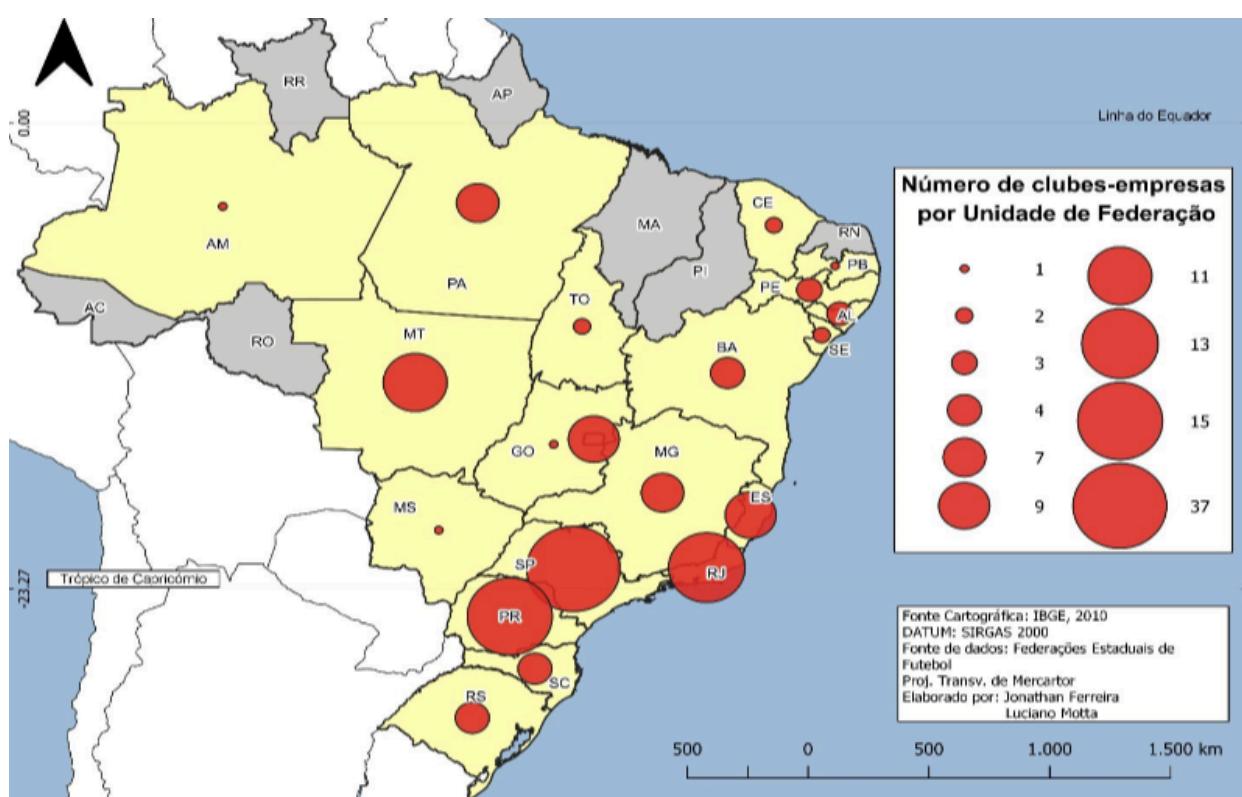
Podendo ser considerada uma corporação, uma “associação” tem suas características definidas pelos interesses de seus associados e constitui um “agrupamento de pessoas singulares ou naturais que visam um interesse comum” (PINTO et. al., 2012, p. 269), sem objetivo de lucro individual. Isso quer dizer que toda receita gerada por uma associação não pode ser destinada a uma pessoa natural, devendo ser invertida em seu próprio objeto (SANTOS, I., 2020; MOTTA, 2020). Dessa forma, a mudança para uma sociedade empresária está assentada na “possibilidade de que os envolvidos em sua gestão possam auferir dividendos condizentes com investimentos realizados nessa sociedade” (SANTOS, I., 2020, p. 32), pelo menos do ponto de vista teórico.

Segundo Ferreira e Campos (*ibidem*, p. 265) foram contabilizados 1029 clubes em atividade no Brasil, dos quais 136 se enquadram na definição de clube empresa (37 deles estão no estado de São Paulo, destacadamente o maior aglutinador referente ao tema) ou seja, 13% dos clubes com registro ativo nas federações. A quantidade de clube-empresa no Brasil está próxima de países europeus, contudo, não passam dos 5% se pensarmos nos que disputam as divisões nacionais (Série A, B, C e D). Ainda existem aqueles que disputam apenas campeonatos juvenis (Sub-20, sub-15, etc) ou até mesmo aqueles que nem mesmo possuem torcida.

Quando discutimos a respeito da espacialização dos clubes empresa, buscamos então entender os motivos que levaram a essa determinada distribuição geográfica do fenômeno. O mapeamento de determinado fenômeno, por sua vez, nos permite visualizar de uma melhor forma a expressão desse fenômeno. No caso dos clubes-empresas no Brasil, segundo Ferreira e Campos, não é algo que ocorre de maneira natural, mas sim por motivações de diferentes agentes, principalmente o Estado que regula as normas e as empresas privadas que agem em prol de interesse próprio, a partir do mapa (Figura 11) o recorte espacial pode ser visto de

maneira clara, onde clube-empresas, se concentram justamente onde existe concentração de técnica e informação:

A considerar a característica territorial dos clubes-empresas no Brasil, afirma-se que esse “novo” modelo está alocado em um subespaço de centralidade econômica e financeira, o que M. Santos e M. L. Silveira (2001) denominaram de região concentrada. A noção de espaço geográfico enquanto “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, M., 2017, p. 63), permite avaliar melhor a espacialidade desse novo formato de clube”. (Ibidem, p.266).



(Figura 11- Número de clubes-empresas no Brasil por Unidade Federativa. Fonte: FERREIRA, Jonathan; MOTTA, Luciano de Campos Prado. Clube-empresa no Brasil: um fenômeno geográfico. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 11, n. 2, p. 259–278, 2021.)

Posteriormente, os autores buscam através da análise de capital social, quadro societário e desempenho esportivo dos clubes entender o nível de investimento e comprometimento desses atores econômicos para com o desenvolvimento do futebol nacional. Utilizando como base os dados compilados por Ferreira e Campos (Ibidem, p.270), 70% dos clubes não possuem em seus orçamentos sequer os R\$800.000,00 que a FPF cobra para taxa de filiação, um número absurdo que demonstra a fragilidade financeira da maior

parte desses clubes brasileiros. No que diz respeito aos acionistas, cerca de 67% dos clubes-empresas possuem pessoas físicas por trás de suas estruturas, na medida que os clube-empresa com orçamento superior a R\$1 milhão as pessoas jurídicas estão presentes em 63% das vezes. Ou seja, a maior parte dessas entidades “age como empresa familiar”, servindo assim, para a uma “acumulação incipiente” e particular de capital, na medida em que os grandes clubes são comandados como empresas multinacionais. No que diz respeito ao desempenho dos times, quase 50% das equipes não possui sequer alguma divisão para disputar:

Sob o ponto de vista desportivo, somente 14,71% dos clubes-empresas brasileiros disputam a chamada primeira divisão do respectivo campeonato estadual. Todos os demais (85,29%) estão imersos no limbo das divisões mais precárias que variam desde uma segunda divisão até mesmo divisão alguma. [...] Ainda, 19,85% disputam somente competições referentes às categorias de base”. (Ibidem, p.271-272).

Dessa forma, numa análise integrada e multifatorial, podemos então elucidar, mesmo que parcialmente, as práticas dessas entidades esportivas no Brasil. Segundo Ferreira e Campos (Ibidem, p.272):

O objetivo principal destes é participar da chamada cadeia desportiva e poder auferir eventuais rendimentos na transação de jovens atletas. De toda forma, quaisquer que sejam as razões, nesse sentido, reforça-se a tese de que os clubes-empresas brasileiros são estruturas primitivas.

Logo, chegamos a conclusão de que boa parte dos clubes-empresas no Brasil tem como principal interesse a venda de jogadores e não o sucesso esportivo propriamente dito, assim a acumulação de capital dita a cadeia dos processos no futebol. Não distante do tema, a arenização dos estádios também surge como uma forma de atender aos anseios de um capital, seja ele estrangeiro ou nacional, as modificações estruturais servem como pontapé para projetos de modificação urbana e até mesmo social e cultural.

Capítulo 3.2 - Arenização dos estádios como a arenização da cidade capitalista

Para discutirmos a “arenização” como proposto aqui, podemos apontar em diversas grandes cidades exemplos desse fenômeno, onde estádios de grande apelo popular são destituídos do “povão” em suas fileiras, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Madrid, Berlim,

etc. Todavia, também existem exemplos de cidades que nem mesmo existiam antes dessas arenas serem construídas, como ocorreu em algumas localidades que abrigaram jogos da Copa do Mundo de 2022, Lusail no Qatar começou a ser construída do zero para a competição. Vamos nos ater ao primeiro modelo, onde os antigos estádios são remodelados e modernizados em equipamentos que sirvam como meio da reprodução de capital para alguma empresa ou pessoa física. Antes de abordarmos o tema, devemos pensar como surge o conceito de arena que está sendo aplicado em questão. De alguma forma, nos remetendo primeiramente as antigas arenas de gladiadores, ainda hoje existe alguma relação no que diz respeito às disputas entre adversários, mas com o passar dos anos e das diferentes práticas culturais e sociais nossas formas de sociabilização também foram se modificando. No caso deste escrito, as arenas de futebol hoje em dia seriam aqueles estádios que foram modernizados em algum grau e posteriormente tiveram suas arquibancadas elitizadas pelas práticas e preços.

A primeira arena como “conceito” a ser inaugurada em território brasileiro foi a nova Arena da Baixada em 1999, após a “velha Baixada” ter sido demolida dois anos antes. Com base numa mentalidade européia a reforma busca maior “conforto” para o torcedor e assim a capacidade de receber eventos multiuso, como shows, festivais e até mesmo disputas de jogos vídeo game e batalha de *monster truck*, no caso, o conforto significa que de certa forma o público será selecionado pela renda e quanto pode pagar para participar desses eventos, gerando inclusive interesse do mercado imobiliário pela possibilidade de participação nos lucros e estruturas gerados com as modificações, um negócio rentável de tal forma que até mesmo o nome dos estádios é vendido para alguma empresa como *naming rights* orçados em contratos milionários.

O processo de arenização dos estádios brasileiros está associado intimamente ao planejamento urbano e gestão aplicada pelos atores hegemônicos, assim como a gestão da própria cidade onde estamos inseridos, dessa forma podemos dizer que a arena é expressão fugaz da gestão empresarial urbana. Num contexto de produção e reprodução das cidades vemos modificações promovidas como uma realização de oportunidade econômica e não para algum tipo de melhoria ou reforma urbana, na medida que a concessão e posterior reforma do Pacaembu ou Vale do Anhangabaú também estão relacionados a especulação sobre o preço da terra e as transformações urbanas em curso, em alguma medida contribuindo assim com a formação de regiões elitizadas ou empobrecidas na cidade (Santos e Vasconcelos, 2022). O financiamento massivo atrelado a tais “revitalizações” está ligado à especulação imobiliária sobre a terra e a reprodução do capital, no caso do Vale por exemplo, um projeto

arquitetônico historicamente importante para a cidade com arborização e paisagismo urbano foi substituído por um gigante descampado de cimento que tem como função primordial receber grandes eventos e festivais de música, uma verdadeira arenização do espaço público.

Dentre os estádios projetados no futebol brasileiro desde o início do século XX podemos fazer uma distinção a respeito de seus modelos e o papel que desempenham na geografia do esporte, sendo esses uma estrutura intrínseca a existência do torcedor mais fanático e palco onde a magia das partidas acontecem sendo um verdadeiro “espaço de memórias coletivas formadas, caracterizado pela liberdade dada aos torcedores para catarses que vêm em forma de vibração, cânticos, manifestações políticas ou simplesmente pela violência verbal e física contra seus adversários” (Rampazo,2021,p.3), dessa forma pelo entendimento de Mascarenhas (2013) e para melhor didática, dividiremos esses equipamentos que se multiplicaram no território brasileiro em aristocráticos, fordistas e padrão FIFA, afim de entendermos melhor as dinâmicas constituidoras e outras que seguem moldando o futebol e também para discutirmos como o outros componentes da sociedade/realidade moldam ou são modificados pelo próprio esporte.

Os estádios aristocráticos seriam aqueles que foram construídos até a década de 1930 quando o futebol ainda era um modismo vindo como onda civilizatória mas também capaz de mobilizar multidões no continente europeu, não à toa esses equipamentos estavam localizados em bairros mais valorizados das cidades próximas aos bairros habitados pela elite para que fossem utilizados como meio de convívio entre as próprias rodas. Mascarenhas (2013) apresenta o estádio do Fluminense Futebol Clube, no bairro das Laranjeiras (RJ), como exemplo de um dos poucos equipamentos que restam dessa época ainda em pé pelo fato de sendo construídos em bairros nobres o m² se valorizou, dessa mesma forma também podemos pensar esse processo como uma lógica de reprodução espacial observada a partir de construções presentes em diferentes capitais de estados brasileiros além do Rio de Janeiro, sendo possível identificarmos esses estádios em cidades como São Paulo, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre.

Aqueles estádios denominados como fordistas estão inseridos em um contexto onde os pequenos aparelhos aristocráticos já não comportavam a massa de torcedores que o futebol começou a mobilizar na época pós Segunda Guerra, assim como a própria multiplicação da população nas cidades no período e ainda mais na metrópole paulistana, as camadas baixas da sociedade despertam interesse pelo lúdico, banal e fantástico do futebol. Assim como o Estado também possui interesse em se utilizar desse fenômeno como forma de divulgação ideológica e autopromoção, realizando controle por intermédio dos diversos agentes estatais

ou privados para garantir os lucros. É nesse contexto que surge esse novo tipo de edificação fordista, onde “o Estado assumia o papel central na construção desses lugares. O Maracanã foi feito pelo poder público. Era dele a propriedade. Pode-se acreditar que o Estado, neste ponto, alcança seu objetivo de oferecer às massas um espetáculo digno de registro e contemplação” (Santos e Souza, 2024).

Por fim, se desenvolve mais recentemente a ideia dos estádios “padrão FIFA”, que seriam aqueles desenvolvidos para receber os megaeventos esportivos e estão inseridos na busca por diferentes utilizações dos equipamentos esportivos, numa lógica de maior capitalização sobre esporte, essas reformulações estruturais estão ligados a um movimento de arenização dos estádios e reprodução de capital, da mesma maneira que podemos notar a arenização do próprio espaço público onde tais arenas também são capazes de influenciar o desenvolvimento seu entorno. Logo, os agentes econômicos possuem forte interesse em promover a especulação imobiliária sobre o preço da terra nessas localidades.

Tomemos como exemplo o Estádio Jornalista Mário Filho, também conhecido como Maracanã, construído nos anos 1950 para a realização da primeira Copa do Mundo no Brasil detinha e detém enorme significado para o futebol brasileiro assim como para a população e para a cidade do Rio de Janeiro. Sua execução para além de representar um marco arquitetônico era também pensado como um projeto de sociedade onde todas as classes da população estavam presentes, todavia “o capitalismo engrenou no futebol como ferramenta política de controle social, tendo a Federação Internacional de Futebol (FIFA) como uma grande aliada nesse processo, ao assumir a regulamentação e legitimação do espetáculo” (Santos e Vasconcelos, 2022) dessa maneira boa parte dos estádios brasileiros foram submetidos a alguma transformação ou já “nasceram” como arenas, em detrimento dos megaeventos e assim modificando as dinâmicas de existência do esporte além da geografia da própria cidade de maneira geral, onde os sistemas são desenvolvidos para que sirvam a um grupo de pessoas que se beneficiam economicamente e não para a torcida ou população como um todo.

Usando como base da análise a classificação dos estádios proposta por Mascarenhas, podemos pensar o estádio da SEP como um equipamento que passou pelos 3 diferentes tipos de estádio e os arredores dessa localidade também foram se modificando no espaço-tempo . No seu início, em 1902 o terreno era propriedade da Companhia Antarctica Paulista, que se tornaria uma das maiores empresas do ramo de bebidas do mundo. Conhecido como Parque Antarctica, possuía milhares de m² utilizados pela população para práticas esportivas e contato com a natureza, o campo presente começou a ser arrendado e utilizado pelo Palestra

Itália em 1917 e foi adquirido em 1920. Depois de algumas melhorias e uma grande reforma, nos anos 1930 foi erguido o *Stadium Palestra Itália* para mais de 30 mil espectadores, o que na época era o maior estádio do país, demonstrando pioneirismo no que seria um dos primeiros estádios fordistas, posteriormente a isso veio a reforma nos anos 1960 que criou o jardim suspenso permanecendo assim até o século XXI quando foi inaugurado o Allianz Parque.

O fenômeno da arenização toma o Maracanã no começo do século XXI, quando em 2007 visando a realização dos Jogos Pan Americanos, o projeto passa por uma modernização marcada na história pelo fim do setor popular conhecido como “geral”, os torcedores que se aventuravam nos mais de 30 mil lugares mais próximos do campo (no horizonte do gramado) sem assentos eram chamados de “geraldinos”. Esse momento seria o chute inicial para a elitização mais evidente instalada após uma nova reforma para a Copa do Mundo de 2014 quando modificaram completamente o projeto original do estádio, de alguma forma mas guardadas as proporções, podemos comparar o rumo que o Maracanã teve com a própria história de colonização dos países latinos quando os espanhóis para demonstrarem poder erguiam suas igrejas sobre lugares sagrados para os povos originários. Um dos campos de futebol com maior capacidade de público no planeta em grande parcela de sua história, foi se perdendo seu charme na medida da diminuição do povo que cabia em sua arquibancada, mostrando como a dimensão cultural e simbólica mas também econômica e prática impactam na vida de uma população. A expulsão da torcida massificada dá lugar à conversão de novos clientes que podem ser consumidores do “novo” produto, segundo Mascarenhas (2007, p.63) a respeito desse novo público que surge com as novas arenas:

Uma nova cultura do futebol, que Julianotti (2002) define como a do “pós-torcedor” (o espectador pós-moderno, com mais dinheiro e menos identificação e paixão pelo clube, mero consumidor do espetáculo), se expande mundialmente. Os estádios reduzem sua capacidade e elevam o preço dos ingressos. Uma nova forma de exclusão, tal como outrora foram excluídos desses espaços os negros e outros segmentos marginalizados da modernidade.

Passando por um dos lendários palcos de futebol na América Latina, o estádio Monumental de Nunez - casa do River Plate da Argentina, também passou por uma reforma recentemente e pode ser descrito como exemplo de um estádio que foi modernizado e ampliado sem perder a sua essência e massificação da torcida nas arquibancadas ao manter

setores sem cadeiras atrás dos gols com ingressos mais baratos, criando uma atmosfera de festa nos jogos do time. Podemos perceber através da própria realidade a diferença entre os projeto do Monumental e do Allianz Parque no que diz respeito ao acolhimento às camadas populares e massificação da torcida, enquanto num estádio se comporta mais de 35 mil pessoas em pé atrás dos gols, no outro os setores populares são suprimidos com assentos numerados e preços inflacionados, assim como também aconteceu nos projetos mais recentes do Maracanã.

O modelo matemático utilizado na lógica liberal e o utilitarismo da cidade como multiplicador de capital se sobrepõem às necessidades da sociedade na medida em que o pensamento hegemônico abre mão de qualquer direito ou bem estar social para manutenção dos lucros. Atualmente vivemos em um período com produção tanto de alimentos quanto de outros bens materiais em abundância, mas também inacessíveis para boa parte da população. O cerne da questão não é mais a produção desses bens necessária para atender a todos, mas sim a circulação desses produtos pelo território.

“O futebol brasileiro acabaria sem as SAFs”¹⁸, afirmou Rubens Menin, um dos proprietários da construtora MRV, da emissora CNN e acionista majoritário do Atlético-MG, em uma entrevista no começo de 2024. Curioso a certa medida de pânico que a elite econômica pretende gerar na classe trabalhadora. O futebol brasileiro precisa de fato enfrentar seus dilemas e discutir seus gargalos, mas também é potência mundial tendo encantado o mundo desde os anos 50 com seu estilo único e exportando jogadores para todos continentes do globo. Mesmo assim, em alguns anos os empresários querem convencer as massas de que sem o dinheiro deles os clubes não poderiam andar sem suas próprias pernas. Claro, o aporte financeiro que algumas empresas aplicam em determinados clubes é totalmente relevante e pode ser capaz de ajudar a montar times estrelados e vencedores, contudo, é necessário separarmos o joio do trigo, e não esquecermos a raiz popular e coletiva do futebol.

Após esse recorte é interessante pensarmos como nossos *hermanos* encaram o fenômeno da arenização de maneira bem mais reticente se comparado ao Brasil, ao passo que as arenas não caíram nas graças dos clubes e nem dos torcedores argentinos. De fato, são culturas futebolísticas que se diferenciam, dentre outras coisas, pela maneira que interagem e constroem seus clubes de futebol para além do esporte futebol. Os clubes argentinos servem como instituições que desempenhando grande função social para sociedade Argentina por

¹⁸ Em matéria publicada pelo Jornal A Folha de São Paulo. Fonte: [Menin: Futebol brasileiro acabaria se não tivesse a SAF - 02/04/2024 - Esporte - Folha](https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2024/02/02/rubens-menin-futebol-brasileiro-acabaria-se-nao-tivesse-sa-02042024.shtml) <Acesso em: 17/11/2024>

intermédio do convívio da população local nos clubes sociais e estímulo às práticas esportivas de diferentes modalidades, mas também na formação de atletas e cidadãos, na medida que desenvolvem suas estruturas com colégios primários, como Racing Club e Club Atlético Independiente ambos de Avellaneda, e em alguns casos como do Club Atlético River Plate que possuí até mesmo com uma universidade, os atores do futebol possuem forte atuação em questões sociais como política e educação, logo, podemos constatar como a sociedade argentina enxerga o futebol e suas possibilidades de formas diferentes em comparação com outros países.

Os fenômenos que ocorrem nas cidades ao redor do mundo tem seus processos e resultados apresentados de maneira diferenciada. Um fenômeno que ocorre na Inglaterra ou Espanha, por vezes se desenvolve no Brasil ou África do Sul com outra leitura. O padrão FIFA na periferia do capitalismo está intimamente associado a venda da cidade e a maneira de vivenciar o esporte que se modifica a fim de atender o interesse de poucos, o legado das Copas e outros grandes eventos que ocorreram nos países do sul global foi a gentrificação e a elitização. Também temos eventos como as Olimpíadas de Barcelona em 1992 que tomam um rumo parcialmente diferente, apresentando uma estrutura que foi construída e melhorias de infraestrutura e transporte efetivamente deixadas para a população local, na medida que o custo de vida na cidade subiu muito após o evento e algumas estruturas ficaram sub-utilizadas, podemos perceber que o saldo final não é apenas de pontos positivos, posto que a camada mais pobre da população acaba por não ter acesso as melhorias proporcionadas dentro de um território onde a gestão urbana não é pensada para todos os habitantes. As Olimpíadas de Atenas na Grécia que ocorreram em 2004, é outro evento em solo europeu com destaque no quesito legado, nesse caso de forma negativa pelas dívidas geradas, estruturas com manutenção onerosa foram deixadas e não tiveram utilização posterior, gerando até mesmo impacto no financiamento negativo e contribuindo assim para puxar o país inteiro para uma grave crise financeira nos anos que sucederam os aos Jogos Olímpicos de 2004. Podemos dizer que os interesses empresariais visando fazer negócios nos esportes como um todo, mas principalmente no próprio futebol sendo este um produto mundial, é colocado um modelo pré-determinado de gestão muitas vezes direcionado para o controle social e o consumo potencializado.

Pensaremos agora no caso da SEP como exemplo de um clube da cidade de São Paulo em que os diversos processos citados aqui anteriormente são possíveis de observar, como a arenização de seu antigo estádio alinhado a uma guinada ao modelo de gestão empresarial das atividades esportivas. Apesar de não ser um clube-empresa de “papel passado” e capital

aberto, como é o caso do Red Bull Bragantino, onde uma empresa multinacional literalmente “comprou” uma vaga na primeira divisão do futebol nacional e (des)caracterizou a identidade do antigo Bragantino em favor de sua estética. Ainda assim, as estruturas e processos empresariais presentes no Palmeiras possuem fortes semelhanças com o time de Bragança Paulista, e com a arenização ocorrida em 2014, houveram mudanças importantes na região do antigo Estádio Palestra Itália no que diz respeito a sua utilização, tanto fora quanto dentro do perímetro do estádio propriamente dito.

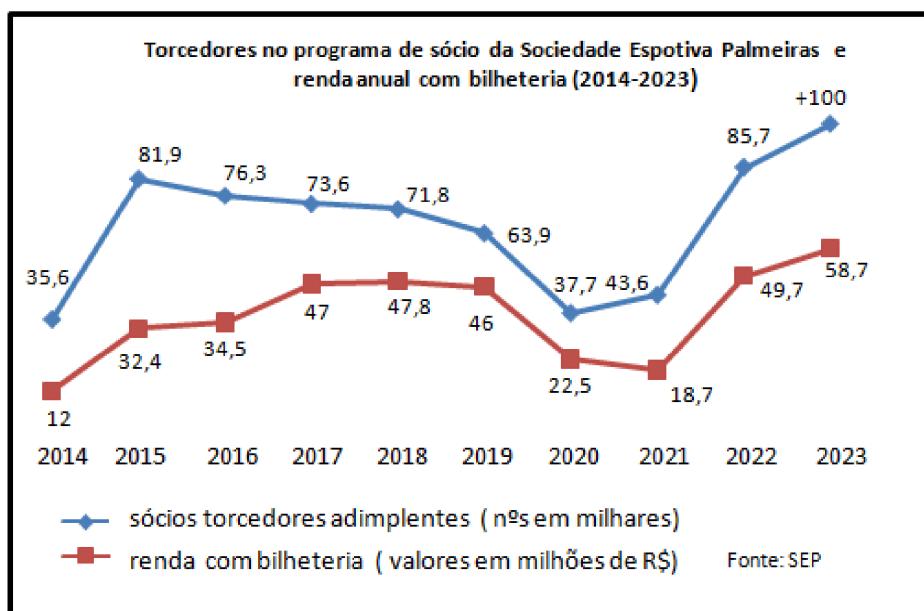
Primeiramente podemos mencionar os atores que tem personificado o modelo e o discurso empresarial dentro dos clubes na figuras dos presidentes, CEO's, gerentes e diretores que são o alto escalão administrativo desse modelo empresarial nos clubes onde as relações de troca se tornam o meio e o fim da coisa, uma estrutura empresarial de negócios buscando lucrar com venda de jogadores, renda das bilheterias, programa de sócio-torcedor e parcerias com outros times/empresas ou time-empresa, contudo, nenhuma dessas fontes de renda seria descartada por alguma associação sem fins lucrativos, ao passo que a forma de gestão representa diferenças de prática na realidade concreta. No Palmeiras, que é o caso em que nos debruçamos aqui, todas fontes de renda mencionadas eram utilizadas antes da consolidação do projeto da arena, mas podemos dizer que a renda da venda de ingressos e o crescimento do número de sócios (Gráfico 1) tiveram um salto, como seria esperado nesse tipo de processo onde podemos observar um aumento generalizado de preços tanto para selecionar um público pela renda quanto para aumento do lucro. É certo que ocorreu um período de queda, explicado excepcionalmente pela pandemia de Covid19, após esse período ambos os indicadores foram aumentando. Refletindo uma busca contínua pelo aumento de receitas, mesmo que custe a exclusão de alguns.

A arenização ocorrida no Palestra Itália foi praticamente uma demolição, apenas uma pequena porcentagem da arquibancada antiga foi utilizada como alicerce da nova construção e para facilitação de alvarás. O novo estádio é inaugurado após quatro anos de obras como Allianz Parque, essa modificação está inserida em um contexto geral brasileiro de “modernização” e inserção das agremiações no mercado esportivo do século XXI que ocorre principalmente após a Copa do Mundo.

Na busca pelo lucro e adaptação ao mercado, os grandes clubes traçam acordos para que suas estruturas sejam “modernizadas” e dessa forma atrair capital na forma de investimentos e patrocínios. Podemos encontrar exemplos de arenização dos estádios em todas as capitais brasileiras que sediaram os megaeventos esportivos como jogos da Copa de

2014, dessa forma, também são cidades que recebem maiores investimentos e influência econômica de maneira regional, nacional ou até internacional.

No entorno das arenas, sendo o Allianz Parque um dos casos destacados no tema, a especulação imobiliária age fortemente no entorno desses empreendimentos, com prédios comerciais e residenciais, condomínios de alto padrão e outros projetos de habitação. Segundo o Índice Especulômetro EXAME-Loft¹⁹ de 2023, a Barra Funda e Paraíso foram os bairros com maior especulação imobiliária da capital paulista, com 29,21%, frente a média anual de 17,39% na cidade. Segundo dados no Censo de 2022 em comparação ao de 2010²⁰, a Barra funda foi o bairro que mais cresceu proporcionalmente nesse período (aumento de 132%), possuía pouco mais de 14 mil moradores e passou para mais de 33 mil moradores, seguido por Marsilac no extremo sul (de 8.258 para 11.451, ou 38,67%) e Vila Andrade também na zona sul (de 127 mil para pouco mais de 168 mil, ou 32,79%). Impossível não associarmos tais mudanças também pelo novo estádio, que gera interesse mas também movimentações econômicas de diferentes naturezas.



(Gráfico 1- Flutuação no número de sócios torcedores x renda com bilheteria da SEP nos últimos anos).

¹⁹ “A especulação imobiliária é medida por meio da diferença média de preço entre o valor pedido pelo proprietário e o efetivamente acertado em contrato, ou seja, existe uma oportunidade de negociação para quem deseja comprar um imóvel. A Loft analisa os valores anunciados e os dados do ITBI (imposto sobre transações imobiliárias) divulgados pela Prefeitura de São Paulo.” Fonte: [Índice Especulômetro EXAME-Loft: 3 bairros onde a especulação imobiliária é maior em São Paulo | Exame](https://www.exame.com.br/loft/indice-especulometro-exame-loft-3-bairros-onde-a-especulacao-imobiliaria-e-maior-em-sao-paulo/). <Acesso em: 17/12/2024>

²⁰ Fonte: Censo 2010 e Censo 2022, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A FIFA faz diversas exigências a respeito do sistema de segurança a ser implementado nas arenas, não diferentemente o Allianz Parque conta com um sistema refinado por dezenas de câmeras de última geração. Na medida que a entidade afirma estar se preocupando com a “segurança dos torcedores” também podemos constatar que o acesso ao estádio pelo torcedor comum é dificultado pela tecnologia, onde o “padrão FIFA” serve como um propagador e se utiliza dessa ideia de controle. Antes com cartões que carregavam o ingresso, agora com as digitais ou até mesmo reconhecimento facial. O pressuposto para dificultar a atividade dos cambistas (indivíduos que compram uma quantidade de ingressos e revendem por preços maiores na porta do estádio), serve finalmente para o controle total do espectador-consumidor do espetáculo.

Seguindo adiante, dentro das arenas os vendedores são credenciados e os preços dos produtos todos tabelados pela empresa que presta os serviços para a realização desse tipo de evento, no antigo Pacaembu os “ambulantes” credenciados eram encontrados mas também existiam os vendedores informais que podiam comercializar seus produtos, como água, amendoim e picolés com relativa facilidade a um preço mais baixo em comparação ao das empresas que prestam serviços em eventos assim. Nesse sentido, dentro do Allianz Parque podemos encontrar pedaços de pizzas que são mais caros do que pizzas inteiras vendidas na rua. O controle é dentro dos estádios, mas também é realizado na rua, e por consequência sobre os comerciante de lanches ou de bebidas, ao passo que podemos observar com frequência os vendedores serem repelidos ou terem suas mercadorias apreendidas pelas forças do estado, como a Guarda Civil Metropolitana ou agentes de fiscalização da prefeitura, que são responsáveis pelo controle e normatização das práticas no entorno da arena.

Fazendo um recorte da política palmeirense nas últimas duas décadas chegamos na atual presidente Leila Pereira uma poderosa empresária, mas também podemos passar por personagens que certamente vão continuar sendo lembrados por muito tempo nas alamedas da Barra Funda por atuarem em momentos decisivos na mudança de gestão do clube paulista. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, diretor de planejamento na gestão de Augusto Della Monica quando se iniciaram as tratativas para reforma do estádio e também presidente da SEP entre 2009 e 2011, foi um dos grandes idealizadores do projeto que concedeu o terreno do antigo estádio para a construtora WTorre explorar economicamente o local.

Em gestões posteriores, como foi a do piloto de *rallye* Paulo Nobre (2013-2016) não faltaram esforços para a elitização do espaço, seja com a prática de preço dos ingressos ou na implementação do “cerco da Palestra Itália” (Figura 12), como ficou conhecido o fenômeno que ocorre no entorno do Allianz Parque em dias de jogo. Onde a força do monopólio da

violência pelo estado e a organização do evento esportivo, com ajuda do time e da gestora do estádio, realizam o gradeamento do perímetro do estádio que vai da altura da Avenida Antártica até a entrada do Shopping Bourbon Pompéia, ocorrendo a privatização do espaço público e impedindo as pessoas de transitarem pela via pública e assistirem os jogos nos imediações do estádio com o pretexto de garantia da segurança e da ordem.

O cerco é uma medida cuja “arenização” atinge até mesmo fora dos estádios, grandes projetos urbanos também são capazes de agir na produção e reprodução do espaço, na mesma forma que o futebol tem apresentado grande impacto na vida urbana de maneira geral. Segundo Mascarenhas (1999, p.52) “Os equipamentos esportivos afetam diretamente a dinâmica urbana, cada um segundo uma lógica locacional e uma forma espacial que deriva da própria modalidade esportiva que o criou.”



(Figura 12 - Rua Diana, primeiro dia de bloqueio no entorno do Allianz Parque. Palmeiras x Sport-PE, 23.10.2016. Fonte: Mandelli (2018). *Allianz Parque e Rua Palestro Itália: práticas torcedoras em uma arena multiuso* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Foto: Mariana Carolina Mandelli.)

A respeito das formas de torcer, assim como sua profunda ligação com o próprio território e também a respeito da identidade coletiva e individual, Mandelli (2018) nos traz um trabalho de etnografia essencial para entendermos e discutirmos a respeito da arenização do Allianz Parque bem como os efeitos desse movimento nas ruas no entorno do estádio e também na vida de torcedor, morador, trabalhador envolvidos nesse processo. A autora usa

como referência a ideia das arenas “padrão FIFA” como cerceamento para as práticas da torcida nas novas arenas. Assim aponta Mandelli (2018, p.55-56):

Segundo Toledo, é nas formas de torcer que “residem modos e comportamentos específicos de se relacionar com o evento futebolístico, que escapam à mera assistência passiva ao jogo” (2000, p.128). De antemão, pode-se dizer, portanto, que o tema detém um “frescor fugidio” e refratário a qualquer conceituação, uma vez que abriga uma matriz imponderável de modos individuais e coletivos de se vivenciar uma partida do seu “time do coração”. Torcer, a “metafísica do homem comum”, é, prioritariamente, “vivenciar uma interação que parece menos dependente das determinações últimas que divisam classificações seguras e preestabelecidas” (TOLEDO, 2000, p.177).

Ainda nesse mesmo tema, acrescenta Mandelli (Ibidem, p.56) :

As formas de torcer também se espalham pelo espaço urbano, rompendo portões dos estádios. Seus trajetos movimentam a dinâmica das metrópoles. Segundo Toledo (1996, p.16), o futebol “expressou, simbólica e materialmente, o espírito do progresso dos centros urbanos, onde efetivamente se difundiu desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro”. Mas os autores são unâimes ao afirmar que elas estão em constante mudança, e especialmente que “[...] no decorrer da segunda metade do século XX, a frequência, o comportamento e o perfil dos estádios foram sendo alterados de maneira contínua” (HOLLANDA, 2008, p.185), acompanhando as transformações da sociedade.

Dessa forma, podemos concluir que os interesses econômicos são capazes de interferir diretamente na vida do coletivo da mesma forma que estão em disputa na realidade. Esse gradeamento chamado de “cerco” começou a ser padrão nos jogos da SEP após os anos de 2015 (Figura 13) e 2016 quando sagraram se campeões da Copa do Brasil e do Campeonato Brasileiros depois de muitos anos, a festa na rua perdurou durante várias horas numa movimentação de milhares de pessoas pelas ruas vizinhas ao estádio, o que gerou ações da associação de moradores, da Polícia Militar, e da própria diretoria do clube no sentido de restringir tais manifestações.



(Figura 13- Entorno do Allianz Parque na Final da Copa do Brasil em 02/12/2015. Palmeiras 2 x 1 Santos. Fonte: [Rojões, jogo no celular e festa: o título do Palmeiras na Rua Palestro Italia](#). <Acesso em: 19/12/2024>.)

CAPÍTULO 4 – Resistências ao modelo do empresariamento urbano no futebol brasileiro: o papel das torcidas e do futebol de várzea na reapropriação do espaço

Mais do que buscar a resolução para determinados problemas em nossa sociedade, como diminuir a segregação sócio-espacial ou na “epidemia” de violência que atinge as metrópoles, seja no meio do futebol²¹ ou na sociedade brasileira como um todo. Chamamos atenção aqui para novas formulações e aprofundamento das questões sociais e territoriais na discussão com o esporte, sendo esse um debate que vai atualizando-se diariamente no que diz respeito às suas dinâmicas, num momento histórico em que a velocidade das transações financeiras aplicadas na esfera esportiva podem modificar os parâmetros de determinada situação em poucas semanas ou até mesmo dias.

A problemática até aqui não reside no empresariamento urbano em si, mas nos interesses que por ele é propagado. Desde o projeto público-privado do “Novo Anhangabaú” até as obras que levaram a arenização dos estádios brasileiros, são fatos que podem parecer distantes ou desconexos mas de alguma forma também estão interligados ideologicamente. Reproduzem uma cidade que visa o lucro antes do cidadão, o consumidor antes do torcedor.

O capital financeiro foi capaz de permear o futebol assim como fora capaz de permear o desenvolvimento das relações de trabalho, do planejamento das cidades e demais atividades econômicas. Depois de coisificado e agora monetarizado, tudo pode ser trocado. Trataremos então, como o sistema financeiro, principalmente após os anos 1980 e a proliferação de políticas neoliberais no ocidente, se consolidou no futebol brasileiro bem como nas economias capitalistas modernas, onde o capital seja ele incipiente ou industrial, acabam por nortear algumas ações. A respeito da financeirização das economias nas metrópoles atualmente, discorrem Montenegro e Contel (2017, p.120):

Um fator catalisador do consumo nas cidades reside na própria financeirização da vida cotidiana, resultante, dentre outros, de uma maior acessibilidade ao crédito (Contel, 2006) [...] Esse processo se dá com maior intensidade nas metrópoles, onde o acesso aos canais materiais e imateriais do sistema financeiro é mais amplo.

²¹ Segundo Relatório do Observatório Social do Futebol, foram 138 crimes de violência física no ano de 2024 relacionados com o futebol. O relatório apresenta alguns números interessantes. A respeito da dinâmica de violência: 47% dos casos são entre torcedores diferentes, 27% entre torcedores e forças de segurança, 7% entre torcedores do mesmo time e 5% entre jogadores e torcedores. Referente a localização dos casos. Apenas 22% foi dentro dos estádios e 70% fora, dos quais 37% num raio de 5km do estádio e 33% num raio superior a 5 km. Fonte: CABRERA, Nicolas; SOUSA, Raquel de Oliveira; SUDÁRIO, João Vitor Cardoso; BANDEIRA, Thalisson Inácio. Violências no Futebol Brasileiro: Relatório do Observatório Social do Futebol, N.1. Rio de Janeiro, FCS/UERJ, 2024.

Ainda nesse sentido, os autores defendem a ideia de que após essa financeirização das camadas sociais fora do topo, ocorre também o endividamento e a inadimplência dessa mesma população. (Ibidem, 2017, p. 120):

A expansão do mercado de crédito foi intensificada na década de 1990 com a difusão das novas tecnologias da informação, a implementação de políticas sob a égide neoliberal e a estabilização da moeda, configurando, por fim, uma base normativa estável para a atuação das instituições de crédito no país (Dias, 1992; Arroyo, 2006). A reestruturação do sistema financeiro nacional, pautada pela privatização e desregulamentação, resultou, dentre outros, na flexibilização normativa concernente às instituições de crédito e, por conseguinte, na multiplicação e diversificação de agentes credores no país, dentre os quais se destacam os bancos privados e as agências financeiras de crédito pessoal.

Dadas as novas formas de interação com território e as novas relações de poder inseridas no século XXI, damos origem a uma metrópole cada vez mais dinâmica, dividida, individualista e agressiva, na qual o poder se configura por intermédio de diferentes formas de domínio. Nas grandes metrópoles do Brasil, como é o caso de São Paulo, “as diferentes rotinas territoriais engendram disputas cada vez mais acirradas pelo controle do espaço”. (VALVERDE, 2002, p.25) dando origem então, a um clima constante de disputa.

Dessa maneira, também visando um futuro mais inclusivo nas diferentes esferas da vida, onde a lógica empresarial das SAFs e dos clubes-empresa possam ser contestados e fiscalizados por outros agentes e diferentes modelos de gestão. A busca por avanços esportivos e econômicos deve ser mantida, mas também alinhados com o progresso da nação brasileira como um todo, não apenas de maneira pontual no espaço ou para interesses econômicos particulares.

A territorialidade se dá quando esse grupo organizado pretende ter controle ou influência sobre alguma área, se tornando também o próprio símbolo do poder que atingiu. O controle, mesmo imaginário daquela área, permite a replicação das dinâmicas da organização. Logo é perceptível a todos que vivem nessa sociedade sentir que vivem num espaço em disputa, “acabando por submeter uma parcela de nossas vidas a força dos grupos, exibindo a nossa percepção da cidade em guerra” (VALVERDE, 2002, p.26).

A partir disso, possibilidades de resistência se abrem frente ao domínio econômico, pois este, impreterivelmente, acaba por excluir uma parcela menos favorecida da população. Seja do ponto de vista territorial, quando expulsa famílias, comércio local e até mesmo por vezes comunidades inteiras para a construção de algum empreendimento imobiliário ou decorrência da implementação de projetos de reestruturação urbana. Seja do ponto de vista econômico quando parcela da população não consegue se manter em seu bairro pelo alto custo de vida. De certa forma, o mesmo poder econômico que expulsa famílias de suas casas com a gentrificação das áreas centrais, é também o pensamento hegemônico que faz as torcidas massificadas serem excluídas dos estádios de futebol.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que a estrutura do futebol representada pelo clubes e federações, bem como as coletividades de torcedores (Torcidas Organizadas no Brasil, Barras bravas na Argentina, Hooligans no Reino Unido, cada qual com suas particularidades no que diz respeito a cultura e práticas) também são capazes de modificar o território em que estão inseridos e assim estendem algum poder sobre esse quinhão. O futebol enquanto esporte é um fenômeno de massa, imbricado na cidade e na própria sociedade, ao passo que seus desdobramentos se apresentam de forma palpável aos nossos olhos, seja essa modificação causada pelas mãos da torcida ou pela força do dinheiro, cujo qual é um fator cada dia mais preponderante dentro do mundo esportivo, onde as grandes empresas buscam estender seus domínios fazendo dos grandes clubes produtos internacionais.

No Estado de São Paulo, de forma geral, as Torcidas Organizadas surgiram entre o final dos anos 60 e começo dos anos 70 (TOLEDO,1996) em um contexto de oposição frente a Ditadura Militar instaurada em 1964. Exceção feita a Mancha Verde, que nos remete aos anos 80, atualmente após ser forçada a mudar de nome na justiça chamada legalmente de Mancha Alvi Verde. Sendo os seus integrantes oriundos das classes médias e baixas da sociedade²², o futebol pode ser visto como uma válvula de escape para as questões sociais, onde essas camadas populares travam um embate político-ideológico tanto a respeito do domínio territorial quanto dentro dos estádios, contra o próprio Estado, contra outras Torcidas Organizadas ou até mesmo entre seus próprios integrantes.

Esses grupos organizados expressam reivindicações de diversas naturezas e causam ebulação no meio urbano. Segundo Toledo (1996, p.129):

²² Segundo Toledo (1996), uma das primeiras pesquisas realizadas com foco especificamente nas torcidas organizadas foi elaborada pelo Instituto Gallup, em 1992. O perfil desses torcedores seriam jovens do sexo masculino, sem ensino superior e das classes B e C, contudo o autor também indica uma “generalidade dos dados que não permitem um estudo mais acurado sobre o tema”.

O advento desses grupos redimensionou a relação torcedor-futebol profissional na medida em que engendrou um determinado estilo de vivenciar e torcer pelos times de futebol, observado no comportamento estético, verbal e nos modos específicos de usufruir do evento futebolístico. As torcidas organizadas são a contrapartida popular do universo do futebol profissional dimensionado em clubes, federações, justiça desportiva, confederação.

Quando pensamos em torcidas organizadas, a primeira vista algum desavisado pode pensar que são apenas baderneiros. E talvez, de fato alguns de fato o sejam. O ponto em questão é - impossível encerrarmos o tema das torcidas em algumas páginas, pois este reflete a história de gerações através do tempo. Buscamos então, a análise da resistência do futebol de várzea na cidade de São Paulo e da ação variada das torcidas organizadas, inclusive tendo interferência na gestão esportiva e na vida da sociedade em geral. Tais práticas trazem geografias próprias, ainda que ligadas ao mundo do futebol profissional. Suas formas de convívio comportam diferenças na apropriação do espaço urbano e, em alguns casos, desafiam o poder que agentes econômicos exercem sobre o mundo do futebol como um todo.

A briga entre torcedores e “instituições” é constante. Entendemos aqui as instituições enquanto o conjunto de interesses que ditam as políticas dos clubes de futebol, atualmente alinhadas ao pensamento econômico liberal. Logo podem ser personificados pelos presidentes, diretores e “donos” dos clubes brasileiros, sejam associações como SEP e CRF ou clubes-empresa transformados em SAF como Atlético-MG e Botafogo-RJ. Os torcedores que são transformados em consumidores, são importantes à medida que podem render financeiramente a alguém. Desde os estacionamentos que são terceirizados dentro das arenas até às empresas que fornecem bebida e alimentos para a realização dos eventos, até o preço dos ingressos que chega em centenas e até milhares de reais a depender do campeonato e do time em questão.

Por outro lado, o SMAC, time operário e de várzea mencionado anteriormente, servia como uma referência para a prática esportiva em um bairro, ou a união promovida pela festa das torcidas, subverte, mesmo que por vezes seja em partes, o pensamento hegemônico liberal que individualiza a experiência coletiva da vida. A convivência que uma agremiação como essa promove entre os moradores de um mesmo bairro e pelo uso que essa a população faz dessas estruturas. A situação do Santa Marina levantou um debate público relevante, com reportagens televisivas e protestos ocorridos em frente à sede do clube. No meio do processo, segundo Santos; Bonfim; Spaggiari (2022, p.124):

Em 2021, diante do caso do Santa Marina e de um contexto marcado por reiteradas ameaças aos espaços urbanos associados à prática do futebol popular, o Núcleo de Identificação e Tombamento do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) encomendou a realização de um mapeamento do futebol de várzea na cidade de São Paulo a fim de reunir subsídios para a identificação de práticas culturais na cidade de São Paulo relacionadas ao futebol de várzea e para a análise de processos administrativos de proteção do patrimônio cultural. Com este objetivo, foi formada uma equipe de pesquisadoras e pesquisadores de três áreas – Antropologia, Geografia e História – responsável pela elaboração dos procedimentos metodológicos, coleta de dados e produção do relatório analítico.

Pelo mesmo pensamento, é interessante buscarmos na compreensão desses autores a definição de futebol, se é que podemos dizer assim:

A adoção do termo no plural - os futebóis - [...] oriundos de diferentes matrizes e conformando diferentes circuitos, assenta sua diversidade no que concerne aos modos de jogar, lugares e lógicas de organização. Ademais, permite superar o entendimento do futebol enquanto esporte, avançando ao reconhecimento das múltiplas referências culturais que têm o futebol como mote [...] situar o futebol de várzea como uma dentre as diversas expressões dos futebóis no território brasileiro é um primeiro passo para elucidar essa vertente a quem não tenha vivência e familiaridade. O segundo é posicionar o futebol de várzea no conjunto dos futebóis que se consolidaram, historicamente, de modo contra - hegemônico frente ao futebol espetáculo. (SANTOS; BONFIM; SPAGGIARI, 2022, p.125-126).

Em outro artigo que trata da importância cultural do futebol de várzea para a cidade de São Paulo, bem como sua necessidade de conservação como patrimônio material e imaterial. Scifoni (2013) nos traz uma importante contribuição a respeito do Parque do Povo como um território historicamente destinado ao futebol de várzea, e por isso tombado em 1995 pelo CONDEPHAAT, contudo, pela ação de associações de bairro e também do próprio estado as condições desse tombamento foram sendo descaracterizadas. Dessa forma, são utilizadas melhorias urbanísticas como pretexto para a exclusão. Ainda, segundo Scifoni (2013, p.136):

Quando de seu tombamento, nos anos 1990, o Parque do Povo constituía uma forma peculiar em relação à paisagem que lhe envolvia. Oito

campos de futebol, somente um inteiramente gramado, os demais em chão de terra batida. Cercas vivas de eucaliptos demarcando os campos. Bares e construções de aspecto improvisado, distribuídas em caminhos estreitos e tortuosos. Os jogos, os churrascos aos finais de semana, a bocha, o carteado, a cerveja, os petiscos dos botecos ocorriam em diferentes espaços. Um aspecto geral de paisagem criada de forma espontânea, bem a contragosto de um planejamento de tipo racionalista, definido na prancheta e no papel. Ainda conviviam ali atividades circenses, shows com artistas populares, peças de teatro alternativo. Enfim, um espaço da cidade ocupado para produzir cultura fora do circuito comercial.

Entendemos assim, portanto, o futebol de várzea e as experiências das T.O, como uma resistência ao projeto de empresariamento dos clubes. Claro que podem existir casos em que esses agentes coexistem e se beneficiam mutuamente, contudo, são práticas diferenciadas em sua essência. A paixão de uma torcida assim, como a identificação territorial de um bairro com seu time, não visa essencialmente lucro e também não pode ser barganhado. Os times de várzea, são próprios de paisagens e dinâmicas culturais periféricas, mesmo que geograficamente localizados no centro, posto que também são capazes de traduzir os interesses e anseios coletivos de populações urbanas

A arenização dos estádios está fortemente ligada ao empresariamento e a competição interurbana, e de alguma forma com prejuízo ao lado mais fraco da disputa, que seria o futebol popular, cotidiano, de várzea. Segundo Mascarenhas (2013, p.164):

A reforma e a privatização dos estádios são, no plano oficial, apenas um dos aspectos do amplo movimento de intervenções territoriais – reforma de aeroportos, criação de linhas metroviárias, vias rodoviárias, remoção de comunidades, etc. – que representa a produção da Copa 2014. Atualmente, muitos pesquisadores no Brasil, oriundos de diferentes campos acadêmicos [...] dedicam-se ao estudo dos impactos desse megaevento em cada uma das doze cidades envolvidas. Muito poucos, porém, investigam a transformação dos estádios, e quando o fazem, trazem esquemas explicativos fundados, sobretudo, nos processos culturais associados às novas formas de consumo do futebol, quando não trilham o caminho de defesa dos modelos de gerenciamento privado da indústria do entretenimento.

Momentos historicamente trágicos foram decisivos para que novos modelos de estádio fossem concebidos, o mais destacado deles foi um episódio de violência ocorrido em 1989 dentro do Estádio Hillsborough na cidade de Sheffield - Inglaterra , quando dezenas de pessoas perderam a vida em um tumulto nas arquibancadas superlotadas. Não foi a última vez que algo do tipo aconteceu, contudo, foi também ponto de inflexão na forma como entendemos o futebol e seus palcos. Como resposta ao grande número de vítimas e apelo popular, houve forte mobilização do governo para que eventos como esse não ocorressem novamente, assim explica Ferreira (2017, p.68):

Apresentado em sua versão definitiva em janeiro de 1990, o Relatório Taylor [...], continha uma série de recomendações que visavam aumentar o conforto, a segurança e o controle das multidões que compareciam aos estádios de futebol. Este não foi o primeiro documento apresentado com essa intenção, mas apresentou como diferencial o fato de, em vez de culpar os torcedores, apontar como principais responsáveis por esse e por outros desastres os clubes, as autoridades, a polícia e a forma como a imprensa abordava o assunto.[...] Entre as principais propostas elaboradas pela comissão, podemos destacar: uma maior padronização e rigidez quanto às normas de construção e reforma dos estádios; adoção do modelo all-seater stadium com todos os torcedores acomodados em assentos numerados (mesmo reconhecendo que a presença de torcedores em pé não fosse intrinsecamente insegura); identificação do torcedor contida no ingresso; retirada das barreiras de arame farpado ou qualquer outro objeto cortante separando o público do campo de jogo e das demais partes do estádio; eliminação de setores nos quais os primeiros degraus recebessem espectadores acomodados em pontos cujo piso se localizasse abaixo do nível do campo de jogo; proibição de um mesmo torcedor adquirir lotes de ingressos.

Ao passo em que discutimos as medidas de segurança que são exigidas e aplicadas por governos e federações de futebol, é necessário também que se jogue luz sobre os processos que levam a essa violência generalizada que o futebol segue imerso até os dias atuais. Essa adequação de estruturas urbanas e demais equipamentos surge como pretexto da segurança num movimento geral do “processo civilizador”, todavia, é aplicada de tal forma que apenas restringe a violência seja praticada fora dos estádios e não atinge a raiz do problema social em questão. Os atos criminosos envolvendo o futebol se dão principalmente

dentro do sistema de transporte público, nos esclarece Valverde (2022), sem uma confirmação absoluta, mas fortes indícios pelas bases de dados utilizadas como relatórios do Juizado Especial do Torcedor e demais processos jurídicos que sinalizam os atos de violência ocorrendo em rodovias, marginais ou estações do METRÔ e CPTM. A respeito da segregação promovida com o pretexto da segurança, segundo o autor:

Porém, este processo civilizador é questionado pelas torcidas organizadas e por intelectuais como Murad (2013) na medida em que os custos dos novos dispositivos disciplinares criados são transferidos para o preço dos ingressos, alterando o caráter popular do futebol. De fato, a incorporação seletiva dos clubes de futebol brasileiro aos circuitos da economia globalizada afeta diretamente as condições de acesso aos estádios. Além disso, os defensores da validade e do interesse das torcidas organizadas sugerem que o controle da segurança é responsabilidade do Estado e dos organizadores dos eventos esportivos, além de lembrar que as barreiras de acesso ao estádio não impedem os atos violentos. Assim, a violência relacionada ao futebol mereceria formas mais inclusivas e sistêmicas, com um número maior de agentes para o seu planejamento (VALVERDE, 2022, p.2).

No que diz respeito aos torcedores de futebol, podemos classificá-los referente aos diferentes comportamentos, desde os menos envolvidos que frequentam pouco ou nunca os espaços futebolísticos até uma parcela mais cativada da população que vive em prol de alguma agremiação e/ou torcida organizada, não podemos deixar de citar aqui aqueles que se utilizam do futebol para expressar o ódio ou cometer outros crimes, não devemos pensar que são puramente torcedores cometendo algum delito mas sim entender o futebol como uma válvula de escape ou meio de desenvolvimento para outras atividades (seja ela com impacto positivo ou negativo) se devendo ao fato do futebol estar inserido e sujeito a própria sociedade como um todo.

O futebol é um poderoso catalisador de mudanças que serve como um meio para as agitações da sociedade serem expostas, debatidas e disputadas, sendo reflexo das questões que estão inseridas nessa mesma estrutura social. Sobre as T.O no período atual, continuamos com a explicação de Valverde:

As ações das torcidas organizadas (...) foram usadas como justificativas para uma série de ações do poder público e de agentes privados, de sentido civilizador (...). As torcidas organizadas respondem às punições por

diferentes estratégias. O primeiro elemento é o desenvolvimento de uma economia própria, com a cobrança pela inscrição, revenda ilegal de ingressos cedidos por parte do clube, comercialização de pequenos objetos (camisas, bonés, bandeiras, chaveiros etc.), vendas de pacotes de viagem para torcedores, entre outras formas de captação. Na cidade de São Paulo, as torcidas organizadas se manifestavam também por intermédio das escolas de samba no período, em uma diversificação de suas contribuições econômicas e sociais (TOLEDO, 1996). Suas atividades passaram a envolver sedes, escritórios e depósitos de materiais que ampliavam a presença para além dos espaços dos clubes (...). Notava-se neste período um esforço para que representantes das torcidas organizadas ganhassem lugar em fóruns políticos formais, tanto dentro da política do clube, quanto dentro da política nacional (em várias escalas). Ainda chamavam atenção as ações sociais agora vinculadas às organizadas, como distribuição de alimentos para a população de rua durante a pandemia COVID-19, na cidade de São Paulo, demonstrando simbolicamente a disposição à ação das torcidas organizadas. Em parte, as torcidas organizadas foram colocadas em processos jurídicos e levadas a assinarem acordos de pacificação, com maior tendência à responsabilização. Os conflitos ainda persistem, mas de modo mais descentralizado do que havia sido no passado e muitos destes são marcados previamente pelas redes sociais a partir do final da década de 1990 (VALVERDE, 2022, p.4-5).

Num contexto sócio-político-econômico internacional do futebol podemos perceber como este esporte veio a se tornar um dos mais ricos do mundo, sendo altamente rentabilizado pelos contratos publicitários e investimentos de capital, nessa mesma lógica e seguindo o próprio caminho do desenvolvimento capitalista com a acumulação de poder e dinheiro, o futebol reflete essa mesma concentração de recursos onde poucas ligas do mundo circulam a maior parte de capital, sendo essa a lógica que se estende para a sociedade capitalista mundial e também é válida da mesma forma para o futebol brasileiro. Nesta rede de relações podemos observar a oposição de interesses em que estão inseridos os agentes econômicos hegemônicos e os coletivos de torcedores, em um embate quase permanente, assim como para com o futebol e os campos de várzea que foram gradativamente perdendo sua importância e utilização.

A resistência aos modelos empresariais muitas vezes representam uma possibilidade de sobrevida das torcidas massificadas nos estádios visto que arenização recente dos estádios esvaziam as arquibancadas populares e os mais pobres dependem da boa vontade do gestores dos clubes em se preocuparem com essa parcela da população que necessitam de ingressos com preços mais baixos para conseguirem frequentar os jogos, contudo, esse conflito de interesses entre torcedores e clientes não impede que muitas vezes esses coletivos também se alinhem aos interesses dos empresário.

A resistência ocorre em diferentes frentes, podendo ser construída de maneira individual no sentido de que cada torcedor possui sua própria experiência enquanto sujeito e implicando nas diferentes performances possíveis dentro do espectro torcedor comum ou organizado. A perda do espaço popular, seja ela dentro dos estádios ou nas ruas e outros espaços de convivência, só pode ser revertida enquanto um fenômeno coletivo de atuação, como é o papel do futebol de várzea nos dias atuais. Desde os clubes de bairro até os grandes do Brasil, uma grande parcela da torcida está à margem das decisões e por consequência fica de fora da festa.

É válido ressaltar que o dispêndio financeiro não está diretamente relacionado a paixão do indivíduo, posto que, diversas vezes temos uma porção apaixonada e disposta a consumir futebol, na medida que também não possui renda necessária para vivenciar experiências cada vez menos acessíveis economicamente falando, quando uma camisa oficial ou um ingresso de jogo profissional podem custar centenas de reais, chegamos no que podemos chamar como “torcedor-cliente”, ele pode não se importar com seu time de coração, contudo, por possuir mais dinheiro vai ter o direito de ocupar aquele espaço na arquibancada no lugar de alguém que não tenha mesmo poder aquisitivo.

Ainda nesse sentido, de fato, o dinheiro muitas vezes não é o principal para uma parcela das torcidas, posto que muitos se opõem à ideia do clube se tornar empresa, ou simplesmente sabem que não seria a solução mágica para os problemas. Não faltam exemplos de clubes, personificados por seus donos, acionistas ou presidente, que entraram em conflito com sua própria torcida por diferentes razões. Os grandes times brasileiros se tornarem clube empresa ainda é um fato recente, já na Inglaterra percebemos como um processo consolidado. Podemos começar a buscar lá os exemplos dessa relação conflituosa entre empresa-torcida.

Primeiramente o Hull City, quando o dono egípcio que havia comprado o time em 2010 queria a modificação do nome para Hull Tigers, o que gerou protestos significantes da torcida, um sentimento de pertencimento e identificação muito forte que vai sendo construído

por décadas, e por consequência, se sentem atingidas quando alguém “de fora” e sem maiores motivos quer modificar o clube. Outro exemplo é o poderoso Manchester United (Figura 14), o maior time inglês, que raramente viveu momentos de paz entre sua torcida e a família bilionária estado-unidense dona do clube, os Glazer, muito pelo desempenho esportivo bastante abaixo dos melhores resultados da história do clube.



(Figura 14 - Protestos em *Old Trafford*, estádio do Manchester United. Torcedores pedem que a família Glazer venda e saia do clube, no dia 14/08/2023. Fonte: [Man United owners Glazers warned about no-sale backlash - sources - ESPN](https://www.espn.com/soccer/story/_/id/3633366/man-united-owners-glazers-warned-about-no-sale-backlash-sources). <Acesso em: 05/01/2025>.)

Mesmo que recente, também temos manifestações a respeito do tema que podemos observar entre as torcidas brasileiras. Podemos dizer que todas grandes T.O no Brasil já tiveram embates com a gestão dos seus clubes, em algum momento ideológica em outros momentos judiciais. A Torcida Jovem do Santos-SP, em dia de protestos, já levantou uma bandeira “SAF não é milagre”²³, como também já ocorreram protestos da Máfia Azul do Cruzeiro-MG e Galoucura do Atlético-MG cobrando investimentos e títulos dos proprietários ou presidentes das SAFs, assim como todos outros clubes que se transformaram na empresa, como também os que continuam como associação civil.

Em um microcosmos que reúne tanto dinheiro e interesse político, seria estranho se as partes não estivessem em conflitos. Usando como exemplo a SEP, sem ter se tornado uma SAF possui uma gestão teoricamente empresarial implementada a anos, atualmente sob comando de Leila Pereira, uma empresária de sucesso que encontrou no futebol uma forma

²³ Ver: [Torcedores do Santos xingam Carille e protestam: "Queremos time para gritar é campeão" | santos | ge](https://www.espn.com/soccer/story/_/id/3633366/man-united-owners-glazers-warned-about-no-sale-backlash-sources - ESPN) <Acesso em: 15/12/2024>.

de promover suas marcas e gerar lucro²⁴. A respeito da resistência das torcidas para com as SAFs, comenta Valverde (2022, p.9):

O clube-empresa sofre resistências por parte das torcidas organizadas na medida em que quebra os resíduos de análises paternalistas, encarece os ingressos e coloca em risco o patrimônio do clube pelas decisões técnicas. De um modo geral, a conversão à sociedade anônima confere racionalidade econômica à gestão, em detrimento da paixão clubística – este processo tem, como consequência, a mudança do ato de torcer a partir do privilégio conferido a um outro padrão de consumo. O futebol se torna o espetáculo de segmento das classes médias, inacessível a classes que, no passado, participavam ativamente da torcida nos estádios.

Dito isso, nem tudo está perdido. Apesar dos conflitos e dos problemas, o futebol brasileiro tem muito a progredir, bem como o país de forma geral. A aliança entre capital financeiro e Estado deve se dar com a melhoria das condições de vida geral da população vista no horizonte. O planejamento das cidades e o desenvolvimento urbano devem estar de acordo com medidas sustentáveis, sejam elas econômicas, ambientais e sociais.

Considerações Finais

Quando discutimos a respeito do futebol estamos pensando sobretudo para além de um fenômeno meramente cultural, mas sim uma gama de personagens e instituições que extrapolaram os limites do imaginário e possuem desdobramentos relevantes pelos países e economias mundo afora, não apenas de forma intangível, mas com forte e decisivo lastro territorial. Buscamos a compreensão da faceta territorial do esporte em Mascarenhas (2007;2009;2014) a respeito da mercantilização e espetacularização das cidades brasileiras, bem como em Harvey (1996) as condições que fizeram as cidades operarem no gerenciamento urbano, de alguma forma, essencial para o desenvolvimento do futebol empresarial.

Dentro das modificações que a cidade sobre, bem como o próprio futebol. Podemos observar a proliferação das medidas neoliberais e conceitos empresariais que vão permeando os debates e conceitos específicos de cada área. O planejamento urbano tecnicista por vezes. O futebol espetáculo por outro, levado a qualidade de produto mundial pelos agentes

²⁴ Segundo matéria veiculada pela Veja, a Crefisa SA (apenas um dos ativos da presidente do Palmeiras) faturou mais de R\$1 bilhão em 2023. Fonte:[Com crédito escasso, lucro da Crefisa chega a R\\$ 1 bi | VEJA](#). <Acesso em:18/12/2024>.

econômicos no decorrer de décadas. Esse debate empresarial, apesar de parecer “isento” à primeira vista, na verdade também opera por seus próprios interesses. Uma das formas territoriais desse empresariamento esportivo, são as SAFs, onde surgem com um pretexto de modernização e melhoria das práticas econômicas mas também necessitam ser discutidas e implementadas com certa cautela.

A financeirização das economias levada a cabo desde os anos 1980, também atinge o futebol, sendo o esporte enquanto produto também submetido às vontades do capital. A ideia das SAF chega relativamente tarde no Brasil, com maior relevância após o começo do século XX, segundo Valverde (2022).

Devemos dessa forma, através de Ferreira (2021) desmistificamos a ideia de que essa não seria uma ideia difundida no Brasil, ou que viria para salvar os clubes, na medida em que o levantamento feito pelo autor demonstra que tais projetos ainda seriam um engodo, com baixo orçamento e pouquíssima competitividade esportivo. Dessa forma, o futebol que seria um espetáculo, mais parece um show desanimado. Clubes são constituídos para uma reprodução insossa de capital

O futebol de várzea, bem como as práticas torcedoras de convivência, tem por essência seus pontos em que se difere do futebol de mercado. A prática cotidiana e lúdica se opõe ao produto lucrativo que o capital e as arenas fizeram do futebol. O que antes era um esporte para o convívio, se tornou um grande mercado global. Pensamos então na ideia da tensão entre o local x global, proposta por Bale (2003).

Nesse contexto, pensamos que grupos de torcedores organizados e demais coletividades possuem determinada relação com os estádios antes, e depois da arenização possuem outra. Assim como a valorização do metro quadrado em regiões que ocorre esse tipo de ressignificação. O futebol age na vida das pessoas mesmo que não seja perceptível a olho nu.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Julia Santos Cossermelli de; OLIVEIRA, Leandro Dias de; CASTRO, Demian Garcia; FERREIRA, Fernando da Costa. *Gilmar Mascarenhas e sua geografia do futebol: breves aproximações e horizontes de pesquisa*. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, v. 42, p. e203851, 2022.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; FERREIRA, Renata; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MARQUES, Renato Francisco. *Os clubes de futebol e o processo de urbanização na região do Rio Tietê (1889-1945)*. Recorde: Revista de História do Esporte, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-38, jan./jun. 2013.
- BALE, John ; DEWAR, Joseph. *Sports Geography*. Londres: Routledge, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- CARVALHO, José Eduardo de. *O jogo/ Serviço Social da Indústria (São Paulo)* - São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.
- CLAVAL, P. *A festa religiosa: entre o sagrado e o profano*. Ateliê Geográfico, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelier/article/download/29952/16526>. Acesso em: [26/04/2024]
- MONTENEGRO, Marina; CONTEL, Fabio. *Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo*. EURE (Santiago), v. 43, n. 130, p. 115-139, set. 2017.
- DA MATTA, Roberto et al. *O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.
- _____ *A reprodução da cidade como "negócio". Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Repositório USP, 2005.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Coimbra: Edições 70, 2019
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FERREIRA, Jonathan; MOTTA, Luciano de Campos Prado. *Clube-empresa no Brasil: um fenômeno geográfico*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 11, n. 2, p. 259–278, 2021.

FERREIRA, Fernando da Costa. *O estádio de futebol como arena para a produção de diferentes territorialidades torcedoras: inclusões, exclusões, tensões e contradições presentes no novo Maracanã*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GALUPPO, Fernando; OLIVEIRA, Ezequiel. *Parque dos sonhos*. Jundiaí: Inhouse, 2016.

HARVEY, D. *Do gerencialismo ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço e Debates, XVI, 39, p.48-64, 1996.

_____ *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

_____ *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Henrique Tavares e Sérgio Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KUPPER, Agnaldo. À procura da identidade nacional: o futebol como política de estado (1930-1945). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2022.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *O Rio Tietê: Dos Meandros às Avenidas Marginais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDELLI, Mariana Carolina. *Allianz Parque e Rua Palestra Itália: práticas torcedoras em uma arena multiuso*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MASCARENHAS, G. *Do campinho ao grande estádio: lugares e expressões na cultura do futebol*. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 57- 68, 2007.

_____*Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos*. In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Org.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v.1, p. 505-533.

_____*Várzeas, Operários e Futebol: Uma outra Geografia*. GEOgraphia, v. 4, n. 8, p. 84-92, 21 set. 2009.

_____*Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol*. Cidades. Rio Claro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

_____*Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos*. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

_____*A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. Conexões*, Campinas: Unicamp, v. 7, n. 1, p. 79-89, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8638029>.

MAZZONI, T. *História do futebol no Brasil*. São Paulo: Leia, 1950.

_____*Futebol Pioneiro e Bandeirante*. In: Octávio FARIA (org.) *O olho na bola*. Rio de Janeiro: Livraria-editora Gol, 1965.

MURAD, M. *Dos Pés à Cabeça: Elementos Básicos de Sociologia do Futebol*. Irradiação Cultural, 1996.

RAMPAZZO, Gil Fevorini. *Fim da festa e da história: os efeitos da arenização nos estádios e arenas de futebol*. Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade, v. 2, n. 1, 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle. *(I)Mobilidade na cidade de São Paulo*. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 89-102, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000100007>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

OLIVEIRA, Leandro Días de. *Por uma geografia do futebol. Lições de política, economia, cidade e cultura*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 abril 2015, Vol. XX, nº 1118.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Tradução de M. Caetano. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____*Capital e Ideologia*. Tradução de P. Dentzien. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

SANTOS, Alberto Luiz dos; BONFIM, Aira; SPAGGIARI, Enrico. *Mapeamento do futebol de várzea de São Paulo (SP): reflexões para processos de proteção ao patrimônio*. Revista Desenvolvimento Social, Montes Claros, v. 28, n. 1, p. 122-152, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v28n1p122-152>>.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Irlan Simões da Cruz. *Clientes versus Rebeldes - Novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno*. São Paulo: Multifoco, 2017.

SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do Jogo: Primórdios do Futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCIFONI, Simone. *Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo*. Anais do Museu Paulista. Nova Série, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 125-151, jul./dez. 2013

SEABRA, Odette C.L (1987). *Meandros dos Rios nos Meandros do Poder Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à FFLCH - USP.

SILVEIRA, María Laura. *Economia urbana hoje: categorias necessárias para sua compreensão*. In: SANTOS, Erika.; RODRIGUES, Glauco; SANTOS, Leandro; SILVA, Silvana. RAMOS, Tatiana (orgs.). Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 17-35, 2019.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TOLEDO, L. H. *As cidades das torcidas - representações do espaço urbano entre torcedores e torcidas de futebol na cidade de São Paulo*. In: José Guilherme Cantor Magnani; Lilian de Lucca Torres. (Org.). Na Metrópole: textos de antropologia urbana. 2ed. São Paulo: Edusp, 1996, v. , p. 124-155.

VALVERDE, R.R.H.F. *Os usos da discórdia - a territorialidade das torcidas organizadas como pretexto para intervenções público-privadas nos espaços do futebol*. Revista do Departamento de Geografia nº 42, 2022.

VALVERDE, R. R. H. F.. *A metáfora da guerra e os circuitos de segurança*. Revista da Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, v. 5, n.5, p. 25-32, 2002.

